



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 011

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE MARÇO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cleiton Kielse e Barbosa Neto.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o duto Plenário, REQUER que seja disponibilizado o plenário no dia 02 de abril do corrente (sexta-feira), para

a realização de Audiência Pública previamente aprovada pelos membros da Comissão de Fiscalização da Assembléia, para discussão sobre a Administração do Porto de Paranaguá e Antonina - APPA, que contará com a presença de várias autoridades, entre elas o secretário de Transportes, o representante do Ministério dos Transportes, e o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que a Sessão Ordinária do dia 17 de março próximo seja transformada em Sessão Solene, a ser realizada no Teatro Bento Mussurunga, no município de Castro, como parte das comemorações dos 300 anos da Concessão da Sesmaria da Paragem do Iapó, primeira posse territorial dos Campos Gerais, que deu origem ao município de Castro.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, votos de pesar, pelo falecimento da Sra. Emilia Sorti, mãe do ex-prefeito do município e Paraíso do Norte, Sr. Germano Sorti.

O tempo não apaga a dor trazida por perdas dessa magnitude, fica uma grande lacuna em nossas vidas, pela falta da amiga querida, mãe carinhosa, espaço que ninguém poderá ocupar, só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto, de toda a família que ficará com eterna saudade.

Requer ainda, o envio de correspondência a família enlutada, sito à Avenida Tapejara, 88 - Centro, CEP: 87.780-000, Paraíso do Norte - PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Orlando Otto Kaesemodel, industrial e Bacharel em Ciências Econômicas (1952) pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, falecido no último dia 24.12.2003, época em que esta Casa se encontrava de recesso, razões pelas quais faz hoje tal solicitação.

Orlando Otto Kaesemodel, era residente em Curitiba, faleceu aos 73 anos de idade, deixando esposa, 2 filhos e 3 netos. Nascido em Serra Alta/São Bento do Sul-SC, veio para o Paraná em 1947, fixando residência em Curitiba, onde morou até a sua morte.

Bacharel em Ciências Econômicas, pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, foi fundador da Móveis Vogue Indústria e Comércio Ltda (1955); Fundador e Superintendente da 1ª Fábrica de Madeira Aglomerada do Brasil - Placas do Paraná S/A (1955-1996); Fundador de Empreendimentos Florestais Agropecuários Ltda. (1972); Fundador da Transep - Transportes Especializados Ltda. (1976); Fundador e Gestor de Empreendimentos Agropecuários Cambiju Ltda. (1985); Fundador e Gestor de Negresco Administração e Participações Ltda. (1988); Fundador e Gestor de Oelo Locadora de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (1999); Fundador e Gestor de Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (2000) e Fundador e Gestor de Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva Ltda. (2000).

Orlando Otto Kaesemodel foi membro do Conselho Monetário Nacional na gestão dos Ministros da Fazenda Carlos Rischbieter e Ernani Galveias pelo período de 8 anos. Foi membro nato do Conselho Empresarial - Brasil/Estados Unidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular da Cidade de Reserva, pela inauguração de seu belíssimo Templo na data de 28 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma construção que abrigará não só os fiéis da Igreja, mas que estará com suas portas abertas para abrigar todas as pessoas daquela cidade, que necessitam de amparo espiritual.

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Dra. Zilda Arns Neumann pelo Título de Doutor *Honoris Causa*, oferecido pela Universidade Federal do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à homenagem, à Rua Jacarezinho, 1691 - Mercês - Curitiba-PR - CEP: 80.810-900.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Diretoria da Cotramo - Cooperativa dos Transportadores Rodoviários Autônomos Mourãoense, do município de Campo Mourão, eleita para o biênio 2004/2006.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dada ciência a Cotramo - Cooperativa dos Transportadores Rodoviários Autônomos Mourãoense, na pessoa do seu presidente, Sr. José Severino Provasi (Rua Miguel Luiz Pereira, 1335 - CEP: 87.305-360 - Campo Mourão - PR).

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à diretoria e integrantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer, na pessoa de sua venerável e admirada presidente, Azurita Medeiros, pelo transcurso dos 50 anos de atividades daquela entidade, comemorados no dia 18 de março de 2004, na Capital do Estado, com evento comemorativo no Clube Curitibano.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer, desde 1954, tem prestado inestimáveis serviços à nossa comunidade. Pauta-se pela valorização da vida, dos valores éticos, da Pátria e da democracia.

Nestes 50 anos de trabalho, planejou, construiu e vem cumprindo com os objetivos propostos desde a sua criação.

A primeira realização da entidade foi a construção do Hospital Erasto Gaertner, que hoje atende um contingente de 1200 pacientes por dia, numa obra de generosidade e cidadania que honra a cidade de Curitiba, servindo de exemplo para outros centros do Brasil e do mundo.

Encaminhe-se à Sra. Azurita Medeiros, na Rua Dr. Ovande do Amaral, 201 - Jardim das Américas - Curitiba-PR - CEP: 81.520-060.

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor à diretoria e integrantes do Rotary Internacional, na pessoa de seu venerável e admirado Governador Distrital, Ernani Brescianini, pelo transcurso dos 99 anos de atividades daquela entidade, comemorados no dia 06 de março de 2004,

na Capital do Estado, com evento na praça Oswaldo Cruz.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Há 99 anos, mantém obras de benemerência e presta inestimáveis e relevantes serviços à nossa comunidade, pautando-se pela valorização da vida e da família pela promoção dos valores humanos, morais, sociais e éticos. Nestes quase cem anos de trabalho a entidade planejou e vem consolidando os objetivos propostos desde a sua criação.

Encaminhe-se este requerimento ao Sr. Ernani Brescianini, Rua Adir Guimarães, nº 400 - Ahu - CEP: 82.200-510

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, votos de parabenização pelos 33 anos da Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A Academia Policial Militar do Guatupê é uma das maiores academias de polícia da América do Sul, encarrugada da formação, aperfeiçoamento e especialização de membros da Polícia Militar.

Além de praças, o Guatupê formou 1.573 oficiais policiais militares e promoveu cursos de aperfeiçoamento a 671 alunos do Brasil e de outros países.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando 01 (uma) ambulância para a Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta Scarpari, do município de Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta Scarpari possui 80 leitos, dos quais 70 estão disponibilizados ao atendimento exclusivo do Sistema Único de Saúde - SUS, atendendo a população de Goioerê (27.981 habitantes), e está habilitado em módulo assistencial nos seguintes municípios: Moreira Sales (12.295 habitantes), Quarto Centenário (5.113 habitantes) e Rancho Alegre d'Oeste (2.815 habitantes).

O Hospital Santa Casa possui somente uma ambulância ano 1970, que já não atende as necessidades, causando mais despesas e até expondo o riscos seu motorista, bem como aos pacientes transportados por ela.

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando 01 (uma) ambulância para o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Com a inauguração das instalações da Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, transformada em Hospital Regional, que atende a Microrregião 12 - Comcam, aproximadamente 280.000,00 (duzentas e oitenta mil) habitantes, a liberação de 01 (uma) ambulância é necessária para um melhor atendimento àqueles que para ali se dirigem em busca de atendimento médico hospitalar.

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores da Rua Professora Maria de Assumpção - Bairro Hauer, que pedem policiamento ostensivo, principalmente na rua onde residem, entre as Ruas Alcino Guanabara e Júlio César Ribeiro de Souza, bem como nas proximidades.

Estão ocorrendo inúmeros assaltos e roubos nessa região, mesmo durante o dia, sendo que os moradores são abordados diariamente.

Toda a comunidade encontra-se apreensiva e pedem o policiamento em regime de urgência.

A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará tranquilidade a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a criação de um módulo policial junto à Av. República Argentina (entre as empresas Queiroz Galvão e o Supermercado

Panorama) na cidade de Foz do Iguaçu, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência de constantes assaltos, roubos, violências diversas, que comerciantes, trabalhadores, moradores e profissionais liberais da região centro-leste da cidade de Foz do Iguaçu, urge a adoção e a criação de um módulo policial na Av. República Argentina. Não há mais como contemporizar ou aplicar medidas paliativas.

A população exige providências permanentes e duradouras e que venham resgatar a tranqüilidade e a segurança para trabalharem e viverem de forma digna.

Manifestações e atos de protesto estão se tornando rotineiros e bem representam o sentimento que toma conta de boa parte das pessoas que vivem ou dependem desta região.

A revolta cresce assustadoramente e a morte em 20/02/2004 do comerciante Boreslau Papilek, em assalto covarde e infame, traduz de forma contundente a necessidade de providências.

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao ministro da Fazenda, solicitando a análise vertical por parte do Ministério da Fazenda dos tratados que estabelecem relações comerciais, políticas e econômicas com o Paraguai, face as manifestações sociais e a possibilidade de crise diplomática entre nossa pátria e nosso vizinho país, bem como a revisão da forma de tributação do veículo transportador terrestre de bandeira paraguaia.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Face a situação instável e as relevantes manifestações sociais ocorridas nos últimos dias na cidade de Foz do Iguaçu, instaladas principalmente na área de transportes terrestres, após a interpretação distorcida da vontade do legislador em relação ao Regulamento do Imposto de Renda.

É concebível, no estágio presente das relações internacionais, que a interpretação de uma norma jurídica inferior, se sobreponha aos Tratados Internacionais por Estados soberanos, que contemplam os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais dos povos signatários no plano internacional.

Diversos tratados neste sentido foram firmados pelo Brasil com países que nos circundam, tais como: Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, etc. Tratados estes, como o Gatt (General Agreement on Tariffs and Trade), o Tratado de Assuncion (Mercosul), ATIT e outras normas reguladoras internacionais.

É relevante a análise vertical por parte do Ministério da Fazenda dos tratados que estabelecem relações comerciais, políticas e econômicas com o Paraguai, pois nos postamos defronte a uma quase crise diplomática entre nossa pátria e nosso vizinho país.

A Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu/PR, começou a exigir 25% sobre o frete bruto a título de Imposto de Renda, relativamente aos transporte terrestre de veículos paraguaios agregados no regime de freteiro, em empresas brasileiras de transporte internacional para o feito de transportes das cargas de safra.

É exatamente por causa desta cobrança que se instaura tal crise diplomática, pois estamos nos deparando com tratamento desigual entre as partes pactuantes de acordos internacionais, visto que a recíproca não se reputa verdadeira, pois as empresas paraguaias quando da mesma forma agem, ou seja, quando agregam veículos brasileiros estes não sofrem tal tributação. Eis aí a irrefutável infringência do princípio da reciprocidade muito avocado no mundo globalizado.

A situação caótica, a cada lapso temporal se perfaz mais problemática, visto que diante da adoção de tal medida por parte das autoridades fiscais brasileiras, já está resultando em retaliações por parte dos governantes paraguaios que editaram a cobrança de uma taxa para caminhões de bandeira brasileira, bem como a proibição da entrada a carga e descarga de veículo de bandeira brasileira que distam trinta km da fronteira.

As retaliações vão ainda mais longe, pois os brasileiros que residem no Paraguai já vem sofrendo ameaças por parte dos paraguaios, ensejando até a necessidade dos “brasiguaios” receberem proteção do exercício local. Mas os problemas não param por aí, pois com a instauração de tais medidas retaliadoras aos transportadores brasileiros, estes se vêem quase que impedidos de trabalhar, e se de fato isto ocorrer, fatalmente ocasionará o encerramento de suas atividades ou até uma medida drástica de migração das empresas brasileiras para o Paraguai como uma forma de solução paliativa para tal crise. Se houver a concretização desta hipótese, haverá uma perda considerável na arrecadação tributária na região fronteira, além da consequência mais perniciosa e prejudicial que é o desemprego, verdadeiro cancro que infelizmente viceja como praga indomável nos dias de hoje.

Acima de questões técnico-jurídicas, devem prevalecer os princípios que nortearam o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, visando não só a superação das barreiras comerciais ou tarifárias, mas, e principalmente, a verdadeira integração que envolve também valores sociais, étnicos e culturais. Certamente que medidas deste calibre não contribuem em nada para o processo de integração.

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao governador Roberto Requião, solicitando informações sobre o valor de 15 milhões de reais em investimentos para saneamento básico da Sanepar anunciados quando de sua visita à Ponta Grossa, em dezembro de 2003:

- 1) as obras já foram licitadas?
- 2) Se houver licitação, quais as empresas vencedoras?
- 3) Se houverem vencedoras, em quais meios de comunicação foi divulgado o resultado, e em que data?
- 4) Se as obras serão feitas com recursos do Governo do Estado ou recursos externos?
- 5) Se tais obras são compreendidas como medidas compensatórias entre a Sanepar e o IAP?

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência à Sra. Sueli Vidigal, chefe do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado, solicitando fiscalização, em caráter de urgência, das instalações do porto de Paranaguá, baseada em denúncias feitas na Sessão Plenária na tarde de hoje pelo nobre deputado Waldir Leite.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, RATINHO JÚNIOR, DOUTOR LUCIANO e RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja mantido o delegado Sr. Waldir Abrahão da Silva no município de Arapongas.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO
HERMAS BRANDÃO
RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM, depois ouvido o douto Plenário, que as denúncias de corrupção na Administração Pública Estadual, veiculadas pela imprensa estadual, relativamente à cobrança de propina para liberação de pagamento à

empresa fornecedora de merenda escolar para o Estado, perpetrada por ocupante de alto cargo na Secretaria de Transportes e, ainda, quanto ao desvio de dinheiro público por diretores da Sudhersa, sejam imediatamente encaminhadas ao Ministério Público Estadual, por ato deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Exma. Sra. Dra. Maria Tereza Uille Gomes

Digníssima Procuradora Geral da Justiça

Os deputados que a presente denúncia subscrevem, vêm noticiar os fatos que em tese configurariam crime e solicitar de V. Exa. a determinação das providências investigativas e fiscalizatórias desse egrégio Ministério Público Estadual no que respeita a efetiva apuração pela Administração Pública Estadual dos fatos a seguir narrados.

- Divulgou a mídia estadual (cópias de publicações anexas) que diretor administrativo-financeiro da Sudersa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sr. Francisco Hermes Dias e o tesoureiro da referida entidade, Sr. Roberto Luiz Pereira, desviaram recursos públicos, em torno de R\$32.000,00, mediante o pagamento de serviços não realizados, e que não obstante figuraram em notas fiscais falsificadas para efeito de justificar o pagamento indevido.

Estes são os fatos conhecidos e divulgados até o momento.

No aguardo das providências solicitadas, reiteramos a V. Exa. nossa admiração e respeito.

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao senhor governador e ao presidente da Copel, informar:

- Em 31.12.2003, qual era o percentual da participação acionária da Copel nas Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor?

- Após 31.12.2003 houve alguma alteração na participação societária da Elejor? Se houve, quando ocorreu? Como ficou a nova composição acionária?

- Na hipótese de a Copel ter aumentado sua participação acionária na Elejor, informar qual o montante desembolsado e respectivos beneficiários dos pagamentos efetivados;

- Na hipótese do controle acionário da Elejor estar em mãos da Copel, fornecer, na íntegra, cópia do instrumento jurídico que viabilizou esta situação e de todas as peças que integram o respectivo processo (capa à capa).

- Relativamente aos dois últimos tópicos, fornecer ainda, cópia das respectivas atas, auditorias, avaliações e pareceres que fundamentaram tal negociação.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, pede que se oficie o secretário da Justiça e da Cidadania e o Coordenador do Procon-PR, o seguinte pedido de informações.

I) Qual o número de reclamações recebidas contra as empresas de telefonia fixa e móvel?

II) Quais as empresas que geram o maior número de reclamações?

III) Quais as reclamações mais frequentes por empresa?

IV) Quais os procedimentos adotados pelo Procon?

V) Quais os resultados obtidos pela atuação do Procon?

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras reclamações em nosso gabinete parlamentar das Empresas de Telefonia Fixa e Móvel. Reclamações que envolvem desde valores cobrados indevidamente nas contas de telefonia fixa, a créditos pagos e não consumidos na telefonia móvel. Recentemente, tornou-se público algumas irregularidades envolvendo esta questão, sem informações precisas dos procedimentos adotados para sua solução.

Baseado nos fatos e nas reclamações, este deputado formulou ao presente pedido de informações, para que esta Casa tenha informações precisas da realidade da telefonia fixa e móvel no Estado do Paraná. Conhecedor da importância e da necessidade de tal pedido, solicito o apoio dos demais pares desta Casa de Leis, para sua aprovação em plenário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 052/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Espírita Mensageiros da Luz, com sede e foro no município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 26 de fevereiro de 1986 com o nome de Centro Espírita Allan Kardec - Mensageiro da Luz, a Fraternidade Espírita Mensageiros da Luz, estuda e pratica a doutrina espírita em toda sua extensão.

Através de programas de auxílio aos necessitados, com obras de caráter filantrópico e beneficente, a Fraternidade busca ainda difundir os alicerces do kardecismo para uma convivência mais amável e digna ao seus praticantes. A divulgação da doutrina, quer seja através de livros, palestras e práticas mediúnicas tem por objetivo mostrar a todos os interessados, nas reuniões públicas e privadas uma maneira mais harmoniosa de lidar com seu próximo.

Devidamente, constituída por seus sócios fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos, essa entidade de personalidade jurídica está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Iporã.

Pela relevância dos serviços prestados à toda comunidade local, pela observância da correção de toda documentação anexa, solicito aos nobres pares desta Casa de Leis a aprovação deste projeto, fazendo assim justiça a todos aqueles que dispõem de seu tempo e dedicação em prol do bem comum.

PROJETO DE LEI Nº 053/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a formação e indicação para Comissão Parlamentar junto à Assembléia Legislativa com cinco (05) membros de diferentes Partidos, com a finalidade de acompanhamento da mudança da projeção das divisas territoriais dos Estados e municípios junto à Costa Marítima Paranaense.

Art. 2º - Caberá a esta comissão a análise e acompanhamento junto a estudos formatados pelo Movimento Pró-Paraná, com as informações para que a plataforma continental paranaense seja respeitada, conseqüentemente respondendo a compensação financeira em forma de royalties por produção de petróleo e gás natural para o Estado e aos municípios lindeiros.

Art. 3º - Esta comissão será instalada no prazo máximo de cinco (05) dias, tendo a data limite a decisão final do processo junto ao Projeto nº 7472/2002 de autoria do deputado federal Gustavo Fruet que trata desta matéria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Comissão extremamente fundamental para garantia de arrecadação de recursos em forma de royalties, como também de defesa da Costa Marítima Paranaense, aonde neste momento perderemos cerca de 80% do território que nos é devido por direito, dando isonomia aos demais Estados, fazendo prevalecer a Constituição, que todos os Estados têm os mesmos direitos e deveres.

Hoje significaria uma perda de mais de 4 milhões de reais, distribuídos 20% aos municípios e o restante para o Estado, conseqüentemente abalando a estrutura financeira do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 054/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os servidores públicos estaduais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual:

- I - curso de reciclagem e aprimoramento profissional;
- II - suspensão;
- III - multa;
- IV - exoneração.

§ 1º - Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência, subestimar esforços;

§ 2º - A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 50% do salário-mínimo nacional, tendo como limite máximo a metade dos rendimentos do servidor.

Art. 2º - Os procedimentos administrativos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao servidor o direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. 3º - As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º - As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º - A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. 4º - A receita proveniente das multas deverá ser investida integralmente a programa de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada pelo executivo Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o mundo do trabalho vem mudando constantemente nos últimos anos. Novas formas de administração, reengenharia, reorganização administrativa, entre outras, são palavras que aos poucos tornam-se freqüentes em nosso meio. No entanto, pouco se fala sobre as formas de relação no trabalho. O problema do “assédio moral” (ou tirania nas relações do trabalho, como é chamado nos Estados Unidos) atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim, se não enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

A psicóloga francesa Marie-France Hirigon, autora de estudo sobre o assunto, acredita que a punição ao assédio moral ajudaria combater o problema, pois “importa um limite ao indivíduo perverso”.

Em nossa cultura competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa “guerra invisível” nas relações de trabalho. E para combatermos de frente o problema do “assédio moral” nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-lo no universo do trabalho.

Para que as relações de trabalho nos órgãos e equipamentos do Estado do Paraná sejam melhorados é que propomos esse projeto.

O princípio constitucional da eficiência (CF artigo 37) ficará assegurado na medida em que o servidor for respeitado e tiver suas iniciativas valorizadas.

Com o objetivo de dar maior visibilidade à tese de que existe o assédio moral no serviço público reproduzimos aqui uma tabela que explicita a forma como homens e mulheres respondem à provocação de seus chefes, provocações essas denominadas de assédio moral.

A tabulação a seguir apresentada é resultado de pesquisa realizada pela Dra. Margarida Barreto, médica do trabalho e pesquisadora da Universidade Católica de São Paulo.

Sintomas	Mulheres%	Homens%
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69.6	63.6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51.6
Dor de cabeça	40	33.2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22.3	3.2
Idéia de suicídio	16.2	100
Falta de apetite	13.6	2.1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	05	63
Tentativa de suicídio	-	18.3

O projeto em análise é de grande alcance social e esse tem sido o entendimento de vários setores da sociedade, inclusive da Administração Pública Estadual.

O problema do assédio moral atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim senão enfrentado pode haver a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

É nesse sentido que esperamos seja o projeto aprovado mediante ampla discussão no Legislativo Estadual e com a sociedade em geral”.

A presente proposição está sendo reapresentada, uma vez que foi transformada em Indicação e até o momento não foi encaminhado projeto de lei para que fosse superado o aparente vício de origem.

Sobre o suposto vício, juntamos o parecer de nossa autoria, que sustentou a constitucionalidade na oportunidade em que a proposição foi convertida em indicação.

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 017/2003

P A R E C E R :

Voto e Novos Fundamentos

Em 20 de fevereiro de 2003, o deputado Tadeu Veneri protocolou o projeto de lei que ‘dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais’.

A proposição foi autuada sob o nº 017/2003.

O presidente da Comissão designou o deputado Nelson Justus como relator da proposição.

O relator deu seu parecer favorável à tramitação e opinou pela aprovação do projeto de lei.

O membro da Comissão, deputado Delegado Braddock exarou novo parecer manifestando-se pela não tramitação da proposição sustentando a existência de vício de inconstitucionalidade formal, relativamente à Constituição Estadual. Segundo o deputado, haveria vício de origem por ser matéria cuja iniciativa é privativa do chefe do Executivo.

Em que pese as preocupações do deputado Delegado Braddock, é fundamental que apresentemos novos argumentos no sentido de que a proposição possa seguir sua tramitação regimental.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem competência para legislar sobre a matéria analisada. Observe-se o artigo 53 da Constituição Estadual.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade.

Sendo de competência da Assembléia Legislativa analisar a matéria, passe-se a debater a existência ou não do vício de origem.

A presente proposição não visa alterar o Regime Jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná,

não visa o provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

O projeto em tela objetiva tão somente inserir no ordenamento jurídico do Estado do Paraná a possibilidade de punir a tirania no serviço público.

A adoção de controle sobre o denominado assédio moral, que foi definido no parágrafo 1º do artigo 1º da proposição, amplia as possibilidades de atuação estatal no sentido de humanizar as relações de trabalho no âmbito da Administração Pública.

Não se pretende com essa proposição tipificar crime e cominar pena, mas tão somente estabelecer sanções de natureza administrativa aplicáveis aos servidores que vieram a adotar as práticas descritas no já mencionado parágrafo.

Ressalte-se que tramita no Congresso Nacional projeto de lei alterando o Código Penal e tipificando o crime de assédio moral e cominando penas à sua prática.

Em diversas cidades do país, parlamentares tiveram iniciativas similares, as proposições foram aprovadas e se transformaram em leis. As cidades que já possuem lei com esse caráter podem ser identificadas no site www.assediomoral.org.

Diversas outras leis, aparentemente eivadas de vício de iniciativa, foram aprovadas pelo Parlamento, passaram a integrar ordenamento jurídico e cumprem importante papel social. Matéria de tamanha importância social não pode ser afastada do debate a ser feito por todos os deputados estaduais. Além de todo o dito na justificativa da proposição, acrescentamos aqui novos elementos para demonstrar a importância da iniciativa.

Os efeitos do denominado assédio moral têm sido danosos e causado outros problemas nas relações de trabalho. A síndrome do esgotamento ou Síndrome de Burn-out tem entre suas causas o assédio moral.

A título de ilustração, anexamos a esse parecer importantes artigos sobre a mencionada síndrome.

Sobre o alegado vício de iniciativa é importante destacar que matérias envolvendo servidores públicos também podem ser iniciativas no Legislativo. Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

‘Vencimento. Data. Limite para satisfação.

Constituição do Estado. Não vulnera o princípio da iniciativa do Executivo para propor projeto de lei sobre servidores públicos preceito da Carta do Estado que revele data-limite para a satisfação dos vencimentos’ (STF - 2ª T. Rext. nº 172.464/RJ - Rel. Ministro Marco Aurélio, Diário da Justiça, Seção I, 5 de fevereiro de 1999, p. 28).

Em face de todo o exposto e considerando a importância da matéria para o conjunto do funcionalismo do Paraná e para a qualidade do serviço público prestado é que indicamos à Comissão de Constituição e Justiça a aprovação do parecer do deputado Nelson Justus e possa a proposição seguir sua tramitação regimental.

Se esse for o entendimento dessa Comissão, a matéria poderá ir a Plenário e ser debatida pelos 54 deputados do Paraná.

São esses os argumentos favoráveis à tramitação regimental da proposição. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.05.2003.

(a) TADEU VENERI - Relator”

PROJETO DE LEI Nº 055/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os órgãos da administração direta e os entes da administração indireta, fundacional, de cooperação, de gestão e as organizações sociais autônomas do Poder Executivo, que em sua estrutura administrativa disponham de conselhos de administração e/ou consultivo, deverão acrescentar em sua composição uma vaga a mais de conselheiro e respectivo suplente, mediante as modificações administrativas necessárias.

Art. 2º - O conselheiro será indicado pelas entidades devidamente constituídas e formalizadas segundo legislação própria, até a data da publicação desta lei e cujo objetivo social seja, no mínimo, e/ou em conjunto, o da defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público.

Art. 3º - O conselheiro será nomeado pelo governador do Estado e nos conselhos das sociedades de economia mista na forma prevista na legislação que as rege, mediante indicação do chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - O governador do Estado regulamentará a presente lei, de modo a viabilizar a sua execução.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais, é necessário que o controle da administração pública seja cada vez mais intenso. Para tanto é fundamental que seja exercido mais perto da origem dos atos administrativos, evitando que o ato viciado se propague causando danos mais intensos.

O objetivo desta proposição legislativa é, portanto, o de impedir que o ato irregular passe a produzir efeitos fora do âmbito da administração pública, mediante a participação de conselheiros representantes de sociedades que tenham como finalidade a defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Passamos ao horário destinado ao Pequeno Exponente.

Concedemos a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Deputadas e deputados, senhoras e senhores.

(Lê):

“Ocupo hoje esta tribuna para chamar a atenção de todos para os graves problemas relacionados à preservação dos recursos hídricos, não só no nosso país, mas também no mundo.

Faço isso também para elogiar a iniciativa da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que este ano tem como tema da Campanha da Fraternidade: “Água, Fonte da Vida”.

A falta de água para o consumo humano é uma realidade que tende a se agravar nas próximas décadas se não começarmos a tomar atitudes que preservem as fontes de água potável e mudem a cultura do desperdício.

Atualmente, um sexto da população mundial, 18%, o que corresponde a 1,1 bilhão de pessoas, não tem acesso ao fornecimento de água potável.

No Brasil, 15 milhões de pessoas (algo como 3,4 milhões de domicílios) não têm acesso à água encanada. Sendo que 69% da população rural não conta com o abastecimento de água potável.

Os números são mais estarrecedores quando falamos em saneamento básico. Segundo a ONU, 39% da humanidade, ou 2,4 bilhões de pessoas, não têm serviços de coleta e tratamento de esgoto.

No Brasil, 60 milhões de pessoas, em 9,6 milhões de domicílios, não dispõem de coleta de esgoto. E para piorar, 80% do esgoto coletado no país não é tratado e acaba sendo despejado *in natura* nos nossos rios.

Qual a consequência desta situação? Segundo dados da ONU, a falta de água potável e saneamento básico mata 6 mil crianças por dia em todo o mundo.

Quantas são brasileira? No mínimo centenas todos os dias.

Os números são alarmantes e não param por aí: 2,2 milhões de pessoas morrem todos os anos por doenças relacionadas à escassez de água e mais da metade de todos os leitos hospitalares em todo o mundo são ocupados por pacientes com doenças relacionadas à falta de água.

E a situação tende a se agravar. Segundo estudos da ONU, até 2025 mais de 2/3 da população mundial não terá acesso à água potável. Outra projeção mostra que até 2050 entre dois e sete bilhões de pessoas não terão acesso à água de qualidade.

É fácil imaginar qual o cenário neste futuro: guerras e conflitos por causa da água.

Diferente do que muitos pensam, a água é um recurso natural não renovável e por isto mesmo finito. Quer dizer, que se não cuidarmos da água, se não preser-

varmos a qualidade da água e do meio ambiente, a água, para consumo humano e indispensável à vida, vai acabar.

Mais de dois terços da superfície da Terra está coberto pela água. Parece muito, mas a verdade é que só 2,5% de toda a água do planeta serve para beber. O resto - 97,5% - é água salgada. Além de poder acabar, a água está mal distribuída pelo planeta, inclusive no Brasil, que detém 12% de todas as reservas mundiais de água potável.

E dos 2,5% nem tudo está disponível. A maior parte está nas geleiras ou no subsolo. Isso significa que somente 0,019% de toda a água no mundo serve para beber. É como imaginar toda a água da Terra num copo e saber que a água para beber caberia numa colher de sopa!

Campanhas Educativas

Por isso, a importância da Campanha da Fraternidade deste ano. Ao destacar a água como fonte de vida, a CNBB coloca em debate todas as questões que envolvem a água, das economias e sociais às ideológicas e culturais. Da mesma forma, a ONU, no ano passado, discutiu o tema da água ao destacar 2003 como o Ano Internacional da Água Potável.

E nós não ficamos indiferentes ao problema da água. No meu primeiro mandato, apresentamos projeto de lei relativo ao controle e vigilância da qualidade da água. Depois de várias discussões, o projeto foi retirado da pauta para que fossem feitas contribuições por todos os setores da sociedade comprometidos com a questão da água. O projeto de controle da qualidade da água voltará a ser apreciado por este plenário ainda este ano.

No ano passado, aproveitando a campanha da ONU, nosso gabinete produziu 100 mil panfletos educativos com dicas sobre como evitar o desperdício de água em diversas situações da vida cotidiana. Por exemplo, explicando que ao escovar os dentes você pode economizar até 30% se só abrir a torneira na hora de enxaguar a boca. E existem muitas outras dicas simples que ajudam a mudar a cultura do desperdício. Visitamos dezenas de escolas, em Curitiba e Região metropolitana e também na minha região, Cornélio Procopio.

Quero dizer aos senhores que as campanhas educativas não podem parar. O problema da escassez de água é muito sério e não podemos deixar de ter responsabilidade pela preservação deste recurso tão caro à vida. Se não fizermos nada, teremos guerras por causa da falta de água e bilhões de pessoas morrerão. Não podemos condenar as gerações futuras a ter que viver neste cenário.

É preciso agir. É preciso preservar as fontes de água, preservar o meio ambiente e mudar a cultura do desperdício que considera a água inesgotável e abundante. Viva a iniciativa da CNBB, que mais uma vez demonstra sensibilidade ao abordar temas tão importantes para as pessoas. Água, fonte da vida.

Cuide e preserve, não desperdice.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes do primeiro orador usar da palavra, quero saudar nosso amigo Júlio Rocco e seu pai Amauri Rocco que visita esta Casa. São convidados do deputado Francisco Bühner e com certeza nossos amigos. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

De todas as promessas que levaram o governador Roberto Requião vencer as eleições em 2002, a mais emblemática de todas elas, com certeza, é a que ele acabaria com o pedágio no segundo dia em que estivesse ocupando a principal cadeira do Palácio Iguaçu.

Pois bem, mudou o discurso após a sua eleição. Virou até um slogan: “Baixa ou Acaba”. Estamos nos encaminhando para um ano e meio deste governo e o pedágio continua sendo cobrado nas estradas do Paraná.

Aliás “abaixa ou acaba” virou um verdadeiro mantra. E, nem mesmo a presença do governador na Índia reforçou esse mantra para que ele abaixasse ou acabasse. Pelo contrário, o pedágio aumentou. No final de 2002, talvez uma espécie de aumento de sobreaviso, de precaução, o governo autorizou o aumento do pedágio. Em 2003 tivemos o início da briga do governador Roberto Requião com as empresas concessionárias. O governador, não encontrando brecha para cumprir aquilo que havia prometido durante as eleições, jogou a “batata quente” para a Assembléia Legislativa do Paraná. E, nós, não titubeamos. Aprovamos a encampação do pedágio. Mas, o governador até agora não teve a coragem de cumprir essa promessa de campanha. E as empresas concessionárias, talvez até querendo mostrar serviço iniciaram um volume de obras nas estradas pedagiadas do Paraná sem nenhum registro até esses oito anos de concessão.

Nós que utilizamos todas as semanas e cruzamos os 385 quilômetros de distância entre Londrina e Curitiba, somos testemunhas disso. Mas, lamentavelmente, desde que houve a suspensão do aumento do pedágio nessa guerra de liminares, as empresas concessionárias deixaram de mostrar serviço e simplesmente pararam essas obras de duplicação, de terceiras pistas, enfim uma série de benefícios como prevê inclusive o contrato de concessões.

Infelizmente, como o governo não efetivou essa encampação, continuamos pagando o pedágio mais caro do mundo. E aí, o imbróglio permanece. E o senhor governador, como Poncio Pilatos, lava as mãos. E nós pagando o aumento duas vezes desde que o governador assumiu e ainda com uma outra praça de pedágio numa das rodovias mais movimentadas e talvez o mais rentável dos pedágios do Paraná, na Rodovia do Xisto.

Então, subimos a esta tribuna, nesta sessão, senhor presidente Antonio Anibelli, para lembrar o governo que nós não esquecemos dessa promessa de campanha, deputado Milton Pupio. E vamos contin-

uar, tanto tempo for necessário, subindo a esta tribuna, lembrando que o governador não pode se eleger como um estelionato eleitoral, enganando a boa-fé das pessoas. Ele não vai ser o “governador-pinóquio”. Não pode ser. Que a base aliada do governo defenda o senhor governador e que ele “descasque o abacaxi” porque essa “batata quente” que foi jogada para nós deputados, foi novamente levada às mãos dele. E o povo que é o que mais sofre pagando esse pedágio caríssimo, não pode mais continuar sendo enganado.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados.

O pedágio não acabou e não baixou. Ele subiu e continua firme nas rodovias que compõem o anel de integração no nosso Estado.

O governador fechou quarenta e três cursos superiores nas nossas universidades. E o governo estadual está fugindo da sua responsabilidade. Não quer contratar os 1330 professores e manda fechar 43 cursos superiores nas 05 universidades estaduais do nosso Estado.

E o que faz o governo? Ao invés de contratar professores, o governo fecha. É inaceitável que o governo tome uma medida dessas, quando a sociedade quer ampliação das oportunidades de educação e também a qualificação profissional.

O governo alega que os cursos são deficitários e que foram criados entre 2000 e 2002 somente com objetivos eleitorais.

Essa afirmação, na minha avaliação, senhor presidente e senhores deputados, é uma tremenda irresponsabilidade.

O secretário de Ensino Superior é incompetente para gerir todas as questões relacionadas às nossas universidades.

Os cursos que foram criados durante a gestão anterior, mas foram propostos pela comunidade universitária e implantados pelas próprias universidades sem qualquer ingerência do Governo do Estado do Paraná. A gestão do ex-governador Jaime Lerner sempre garantiu e respeitou a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das universidades estaduais, coisa que não está acontecendo no atual Governo. E uma prova do descaso com que o atual Governo trata as nossas universidades é a declaração do governador Roberto Requião publicada hoje no jornal “O Estado do Paraná”. Diz o governador que a existência de 43 cursos considerados deficitários é mais um caso de polícia do que de ensino superior.

Caso de polícia é o juízo que o governador faz das nossas universidades estaduais, que estão sempre entre as melhores instituições de Ensino Superior do Brasil! Quem não se lembra do destaque conseguido nos provões realizados no ano de 2002 pela Universidade de Lond-

rina, de Maringá, do Oeste do Paraná, de Ponta Grossa e também do Centro-Oeste?

Todo esse patrimônio educacional, senhor presidente, está agora ameaçado por essa atitude irresponsável do governador do Estado do Paraná. Se os cursos ameaçados pelo governo não têm condições didáticas e pedagógicas, é porque o governador não garante os recursos necessários para as universidades. Não adianta alegar que o estado do Paraná investe quinhentos milhões por ano no ensino superior, enquanto o Rio Grande do Sul investe só cinquenta milhões de reais: só vamos deixar claro aqui que o Rio Grande do Sul tem uma universidade estadual só e todas as outras universidades são federais. E para mudar esse quadro não basta só ser amigo do presidente, mas o governador tem que gerenciar e trabalhar no sentido de federalizar ou trazer mais universidades federais para o nosso Estado, não adianta meramente ser amigo do rei, mas não buscar e defender os interesses dos paranaenses junto ao Governo Federal!

Não vamos aceitar o fechamento desses 43 cursos ou, melhor dizendo, não são 43, mas sim 44 cursos, porque aqui nesses 43, deputado Jocelito, esqueceram de mencionar o curso de Medicina que fechou no começo do ano passado. Não se fecha as portas para a educação como se fecha um boteco, um armazém de secos e molhados!

Vamos convocar a comunidade universitária e a sociedade paranaense para resistir a mais essa tentativa de destruição que está sendo orquestrada pelo Governo do Estado. Não aceitamos essa atitude do governador! Não aceitamos o que ele está fazendo com as universidades! Não aceitamos o que está sendo feito com alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que estão em seu terceiro ano de Zootecnia e também de Enfermagem e agora fecha-se sem explicação os cursos que estão sendo dados por essa universidade. É brincadeira! Tudo isso é uma vergonha!

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Fonseca)

Próximo orador, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente gostaria de lembrar a V. Exa. que usarei o Horário do PTB e que ficasse incluído já no meu Horário do Pequeno Expediente.

Mas, senhor presidente, vou seguir no mesmo raciocínio do deputado Plauto Miró Guimarães a respeito da questão das universidades. O secretário Aldair Rizzi, o secretário de Ensino Superior do Paraná, do meu ponto de vista e para não falar uma palavra mais pejorativa, vou dizer que ele está com amnésia. Ele precisa fazer uma consulta imediatamente para curar essa amnésia que ele está passando ou viajar pelo mundo para voltar o seu raciocínio.

Ele deu uma entrevista na CBN, ao repórter Eduardo Ribeiro, antes de ontem e falou que as universidades não encaminharam os documentos necessários para que se organizasse a falta de professores no Estado do Paraná. O que não é verdade. A Universidade Estadual de Ponta Grossa, eu requeri todos os documentos e consta que a universidade mandou, em setembro, do ano passado, documentos que faltaria professor na Universidade de Ponta Grossa.

Hoje, na CBN de Ponta Grossa, o secretário Rizzi, que antes eu disse que estava com amnésia, voltou a falar besteira. Ele para mim está mais perdido que cego em tiroteio! Não sabe o que está fazendo na Secretaria. Ele disse e confessou que está faltando professores na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Baseado nisso, presidente, estarei ingressando amanhã, eu não, os acadêmicos de Direito da Universidade de Ponta Grossa, do centro acadêmico, estarão ingressando com uma ação cível pública contra o governador do Estado e contra o secretário da amnésia, o secretário Aldair Rizzi. Eu gostaria de entrar com essa ação, gostaria de assinar essa ação com muita satisfação, mas infelizmente, quem é advogado aqui sabe, eu não sou parte interessada. Não sei por quê! Nós estamos defendendo o povo e não somos parte interessada! Mas, a universidade, amanhã os acadêmicos de Direito vão protocolar, aqui, pela manhã, um pedido de liminar para que aconteça o teste seletivo na Universidade de Ponta Grossa. Ele tem que fazer o teste seletivo por uma única razão, mesmo que sobre professores, lá, na seqüência, ele precisa fazer o teste seletivo para que tenhamos aula e não tenhamos prejuízo ao erário público.

Por isso, amanhã, estaremos protocolando, junto com a nossa assessoria, esse pedido.

Eu vi agora o deputado Ratinho Júnior dizer que em Maringá, a sua extensão em Umuarama foi cortada também. Eu sempre falei que um dia chegaria na universidade de vocês, que começou com Ponta Grossa e que um dia iria chegar à universidade de vocês. E agora chegou. Vem aí o corte em mais quarenta e três cursos. O que, na verdade, quer o Sr. Roberto Requião é polemizar o tema para parar as universidades e ele gastar menos.

Mas, senhor presidente, eu quero aqui traduzir o pronunciamento do presidente da Câmara de Ponta Grossa feito ontem e que ele descobriu por que o Requião não gosta de Ponta Grossa.

Eu vou ler o pronunciamento do Delmar Pimentel, presidente da Câmara, feito ontem na Sessão de Ponta Grossa. E nos preocupa, porque é pesado o que eu vou ler aqui, quero pedir aos deputados que têm dor de barriga, que não passam bem, que têm enjôo, que se retirem do plenário porque eu vou ler aqui o pronunciamento do vereador Delmar Pimentel, lá, de Ponta Grossa. E me preocupa porque o Estado faz uma campanha contra a não violência, para que não tenha violência e aqui o pronunciamento joga o governador em situação difícil.

Diz o presidente da Câmara de Ponta Grossa: “O governador do Paraná não é de Ponta Grossa. O governador Roberto Requião, eu acredito que isso é mais um ato insano do governador Roberto Requião. Quando ele não toma o seu Gardenal, geralmente, acontecem essas situações. E geralmente elas acarretam essas situações para onde ele gosta, que é a cidade de Ponta Grossa. É que o vereador Leopoldo, nós estamos nos furtando da nossa responsabilidade de muitas vezes contar para a população, porque o governador Requião não gosta de Ponta Grossa. Porque em Ponta Grossa, diz o vereador teve uma pessoa que foi macho e deu na cara dele, surrou o governador. Está certo - foi em Londrina, quando ele era governador, que mereceu apanhar e que seu tio, o Sr. Frare, que lá em Londrina chegou e deu na cara do Requião e o jogou no chão.

Isso quando ele era governador. Continua o presidente da Câmara: Isso deveria acontecer sempre. Que essa coisa que não gosta de Ponta Grossa vem a Ponta Grossa - não deveria recepcionar como eu falei. Nego-me como presidente da Câmara representando, de onde quer que seja, que esse elemento esteja em Ponta Grossa, eu não vou. Como não fui em nenhuma das vezes. Um governador covarde, cheio de ódio, cheio de rancor, que traz as conseqüências para o nosso povo.” Não vou ler o resto, porque é pior ainda. Senhor presidente, esta é a situação que estamos vivendo em Ponta Grossa. O presidente da Câmara vai à tribuna da Câmara e faz esse pronunciamento.

Eu gostaria de lembrar que essa confusão está cada vez pior. Temos lá, deputado Anibelli, uma preocupação e a cada vez que passa pior fica a cidade. Estamos vivendo uma guerra. Os estudantes estão parados, na frente da universidade. Se a universidade tem problema, vamos fazer a CPI que começa amanhã, deputado Bradock. Vamos começar a levantar os erros. Mas não é justo que nesse momento, os alunos paguem pela falta de professores.

Por isso estamos pedindo aqui à liderança do governo, ao senhor governador, que mande para Ponta Grossa os professores, que estão faltando nos mesmos moldes que mandou para o Teatro Guaíra.

Não quero que o governador do Estado seja chamado disso, que foi chamado na Câmara de Ponta Grossa. Acho duro ouvir isso. Dói-me ter que colocar no rádio uma gravação, em que o presidente da Câmara fala tudo isso do governador e diz que descobriu porque o governador não gosta de Ponta Grossa. Porque um cidadão de Ponta Grossa bateu no governador em Londrina. Não sei se é isso. Não é do meu tempo. Mas a história é verdadeira.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, amanhã entramos com uma ação cível e pública contra o Estado. Não é justo que o secretário que admite que faltam professores, não autoriza contratar os professores. Nós não estamos brincando. Esse secretário de ensino superior se não tem competência, para colocar e mostrar

ao governador, que está faltando professor, que tenha pelo menos uma competência. Governador me dá o boné, porque vou para casa e não consigo lhe convencer que estou certo.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas de Fonseca**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, eu aproveitaria o deputado Jocelito, para perguntar de qual Partido é o enlouquecido governador de Ponta Grossa?

O SR. JOCELITO CANTO

Ele é do Partido do secretário que foi da Agricultura, no governo Requião, no primeiro mandato, do ex-secretário e hoje senador Osmar Dias.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Do PDT do Brizola.

Acho que V. Exa. não endossa as palavras. V. Exa. poderia responder. V. Exa. que leu o pronunciamento endossaria as palavras enlouquecidas do vereador do PDT de Ponta Grossa?

O SR. JOCELITO CANTO

É um sentimento, deputado, que passa no povo de Ponta Grossa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. que é um parlamentar educado, que conhece o regimento interno, não iria ler e endossar um pronunciamento de um vereador enlouquecido. Porém é difícil de crer, senhor presidente, senhores deputados, que Ponta Grossa, a capital cívica do Paraná... Civismo significa início deste Paraná maravilhoso, educação, patriotismo, respeito à ordem jurídica, social, a bandeira, o hino paranaense, o hino brasileiro. Não me causa estranheza um vereador do PDT ter chamado o governador de covarde. Dizer que o governador apanhou, que ele toma Gardenal? Só quem dorme com o governador talvez tenha conhecimento se ele toma Gardenal. Quem sabe se pode ter sido a progenitora do vereador que deve ter vislumbrado um ato de loucura, se aconteceu, do governador.

Esse deputado foi chamado por um outro vereador de Ponta Grossa quando da ocasião do fechamento da faculdade, da responsabilidade do fechamento da faculdade de Medicina pelo Conselho de Medicina nacional e pelo governador do Paraná, este deputado foi chamado por um outro vereador, daí do PT, dito que o deputado quando precisasse de um tratamento médico deveria procurar um veterinário.

Quer dizer, são 21 vereadores em Ponta Grossa. Parece-me que o TSE vai reduzir o número de vereadores.

dores. Eu não sou a favor da redução, mas se fosse para reduzir o mandato desse enlouquecido vereador e do outro que disse que eu precisaria de um veterinário, talvez fosse para a capital cívica do Paraná uma limpeza na Câmara de Vereadores.

Uma cidade que reivindica cursos, uma cidade que tem uma universidade que tantos paranaenses, brasileiros ela colocou no mercado de trabalho com competência, talvez esses universitários que estão aprendendo nessa universidade que será feita uma CPI e que queira Deus que não tenha roubo, desvio de dinheiro público e que os governos anteriores, eu já denunciei nesta tribuna, que quando do fechamento da Faculdade de Medicina, o deputado Plauto fez o seu maior comício no encerramento do governo Jaime Lerner, anunciando a Faculdade de Medicina. Foi, sim, compromisso público e mentira do palanque eleitoral e esses outros cursos talvez, queira Deus que não tenha sido mais uma promessa do desesperado governador Jaime Lerner ou de algum deputado desesperado que estava vendo secar à mingua as verbas do governo do Estado e estava querendo se abraçar nos futuros universitários, nos ilusionistas, naquele jovem que sonha com uma pátria livre, que sonha com dias melhores para o Paraná e para o Brasil, querendo estudar numa universidade pública para poder ser diferenciado dos outros para poder ter uma vida melhor e mais digna do que a maioria da população que não pode estudar.

Este é o sentimento, talvez nós com a CPI e com a análise profunda desses cursos nós chegaremos a um denominador comum em prol da educação, em prol do Paraná, mas não com vereadores enlouquecidos, ignorantes e sem educação, ofender uma autoridade. Nós podemos discordar, sim, do governador Jaime Lerner, do Fernando Henrique, do Lula ou do Requião, mas com educação, num Parlamento.

E peço a V. Exa., senhor presidente, que tire das notas taquigráficas as palavras ofensivas. “Macho”, isso não é nome para ser pronunciado nesta Casa - num dia anterior em que saudamos a mulher, não podemos cair na ignorância de vir comparar macho e fêmea, homem ou mulher. Temos que ter dignidade para honrar as nossas palavras e sustentá-las.

(O senhor presidente em exercício, Hermes da Fonseca, não determinou que fossem expungidas as palavras ofensivas).

O SR. PRESIDENTE (**Hermes da Fonseca**)

Próximo orador inscrito, deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

O mundo anda atrás do ouro negro, do tão famoso petróleo. Guerras estão sendo difundidas em todos os cantos do mundo. A mais recente, conhecida, numa justificativa do então presidente Bush, dizia que era a questão

das armas químicas. Mas aqui, senhor presidente, Hermes Fonseca, estamos tendo neste momento, no Estado do Paraná, talvez uma guerra que a Constituição, que muitas vezes injustiçou o Estado, a Constituição de 88, quando nós perdemos os royalties da energia elétrica, quando perdemos direitos que os outros Estados hoje sobrepõem sobre nós. Deixamos passar uma ênfase, meu presidente, uma ênfase que vamos responder com prejuízo de mais de 10 milhões de reais por mês, deputado Rossoni, se não tomarmos a frente, de imediato, pela Assembléia Legislativa um desejo que o Estado de Santa Catarina, o Estado de São Paulo estão conseguindo sobrepor sobre o Estado do Paraná, a nossa plataforma continental.

Buscando nos Anais da Casa e falando com o deputado Durval Amaral sobre a defesa do Estado, com o deputado Traiano, em cima de pontos fundamentais, hoje temos o Movimento Pró-Paraná, onde o Dr. Francisco da Cunha Pereira, juntamente com o coordenador, Dr. Cleverson Marinho Teixeira, dentre eles os membros que participaram da reunião de ontem: Dr. Guido Guérios, Dr. Roberto Kaiser, Dra. Desirée Piazzetto, Dr. Paulo Luke, Dr. João Kopitoski, conhecido amigo juiz do Tribunal de Alçada; Dr. Auro Simões, Antônio Luiz Teixeira de Freitas, Luiz Roberto Bruel, doutor e professor da Universidade, Dr. Paulo César Soares juntamente com Hamilton Dallin Neto; visualizamos um prejuízo imediato.

Quanto ao estudo da legislação onde um perito, totalmente indicado por pessoas maléficas ao Estado, estão retirando, deputado Marcos Isfer, o senhor que é defensor do litoral do Paraná, a nossa plataforma continental. Estamos perdendo por uma decisão 85% da nossa plataforma continental, estamos perdendo todos os poços de petróleo para o Estado de Santa Catarina. De imediato os municípios do litoral perderão, por mês, mais de 1 milhão e 300 mil reais por uma projeção a chegar aos 10 milhões de reais em 2008.

Por isso, senhor presidente, o encaminhamento desse pedido de uma Comissão Parlamentar para acompanharmos junto ao Tribunal Superior Federal, uma decisão já tomada, deputado Anibelli, esperando uma assinatura de um ministro que vai tirar totalmente do Estado do Paraná, de imediato, 4 milhões e 800 mil reais. Há um projeto do deputado Gustavo Fruet onde, por justa causa, nos dará o limite, não avançando em nada junto ao Estado de Santa Catarina e muito menos dentro do Estado de São Paulo, modificando um fundamento da Constituição, isonomia dos Estados. Esta busca, deputado Hermes da Fonseca, que eu trago este requerimento buscando não só as informações complementares, meu amigo Ademir Bier que também teve voto no litoral, meu amigo Carlos Simões, deputado Leite, de Paranaguá, que falará sobre a questão do porto em seguida, mas um assunto pertinente ao interesse paranista, ao interesse que não tivemos em 88!

Senhor presidente, solicito o horário do PMDB, para que possamos, nesta busca paralela dos anseios do

projeto que o deputado Gustavo Fruet entrou regulamentando pelo Projeto de Lei nº 7472 de 2002, onde poucos de nós sabíamos o alcance disso, deputado Elio Rusch, e sabemos hoje o quanto influenciará na guerra com os demais Estados onde vamos ter demasiada disputa em cima de cinco campos petrolíferos já encontrados na plataforma do Estado do Paraná.

Campos esse que 4 poços, apenas 4 poços estão sendo explorados de uma visão de 45 até 2008. Petróleo esse que dará uma guarnição que hoje o Estado do Rio de Janeiro arrecada 1 bilhão e 100 milhões de reais por ano tendo a segunda maior arrecadação do País, pertinente a arrecadação do Petróleo.

Pasmem, senhores, que hoje a dificuldade é de termos uma isonomia apenas. Não queremos nada mais. Mas a Constituições, voltando em 1988, buscou acabar com os direitos dos nossos recursos minerais e ambientais. Buscando não só a questão da energia elétrica, mas hoje visualização de perto com os técnicos do pró-Paraná, buscando essa parceria que na época em 1993 quando discutimos ainda então com o governador Requião sobre os royalties de Itaipu, quando deputado Dobrandino, o senhor estava sendo eleito prefeito. E lá Itaipulândia se transformou num oásis com os royalties mais alto País, transformando uma cidade esquecida num oásis brasileiro, levantando a renda per capita que era de R\$30,00 para R\$300,00 reais hoje. E nós podemos ter isso em nosso litoral. Depende de nós, depende do governo do Estado, depende de mobilização dos deputados federais que não sabem, tenho certeza absoluta, o que alcança esse projeto. Estou buscando mais informações. Vamos buscar com a Petrobrás, que falamos hoje de manhã, que estão com 30 poços de projeto para até 2006. E que vão buscar ainda mais recursos para perfuração em nossa plataforma continental.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Cleiton Kielse, ouço vosso pronunciamento e com toda honestidade devo confessar que é um assunto palpitante. E não só palpitante como interessa economicamente para o Estado do Paraná. Esta sim é uma causa justa que o governador do Paraná através da Secretaria do Planejamento, através da Secretaria da Fazenda, através da Procuradoria do próprio governo, através de todos os mecanismos que o governo dispõe para buscar reverter esse quadro. É tirado do Estado do Paraná aquilo que nos pertence de direito. É um pouco diferente dos royalties de Itaipu. Os royalties são pagos por todos os contribuintes que consomem energia elétrica no Brasil. É formado um fundo e esse fundo é destinado exatamente aos municípios que perderam áreas alagadas. Diferente do ICMS. A Itaipu qualquer energia, ele não vem para os cofres e é retirado dos municípios. Mas esses recursos que o Estado do Paraná está perdendo com essa decisão e essa questão que V. Exa. levanta, na tribuna com muita propriedade, só posso parabenizá-lo. E espero que o governador do Estado do

Paraná ao invés de se preocupar com os transgênicos, ao invés de se preocupar em espantar os investimentos do Estado do Paraná, porque os exportadores estão saindo do Porto de Paranaguá. E quem vai dizer isso depois é o deputado Leite que é de Paranaguá e é profundo conhecedor. Essa questão da plataforma, da redivisão aonde ficam os poços petrolíferos do Estado da Costa Brasileira, isso é preocupante.

Gostaria de parabenizar pelo vosso pronunciamento. E tenho certeza com V. Exa. hoje integrante não só da Bancada de sustentação do governo, aqui, na Assembléia, mas integrante do partido do governador, PMDB, possa abraçar essa causa. E aí sim o governador poderá mostrar todas as suas bravatas para o governo federal e onde for necessário.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE

Agradeço a participação do deputado Elio Rusch.

Estaremos esta semana encaminhando à Casa Civil juntamente com o Movimento Pró-Paraná já a lista dos 5 parlamentares, que peço, senhor presidente, sejam indicados para que venhamos representar em Brasília e tentarmos a União, talvez pela 1ª vez, dos deputados federais. Não podemos perder uma chance de termos, realmente, uma arrecadação que pode modificar, como modificou Rio de Janeiro, São Paulo. E está modificando vários outros Estados. Estamos, realmente, preocupados porque Paranaguá, Matinhos, Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, e todos os demais como Morretes perderão de imediato, já no próximo mês se saírem essas decisões do Supremo Tribunal Federal, um milhão e duzentos mil e o governo perderá quase cinco milhões.

Mas *a posteriori* com esta mudança que perdemos o direito à plataforma das duzentas milhas que poderíamos chegar a trezentos e cinquenta, nós vamos ficar com trinta milhas. É uma vergonha para o Paraná, é uma vergonha para o Brasil essa injustiça com o nosso Estado. E faço questão, não só de citar o governador Alckmim, que conversamos com sua assessoria ontem, ele aceita de pronto a decisão do Estado do Paraná. Mas o governador de Santa Catarina que está com a sua bancada completa já fez uma moção de todos os deputados federais de Santa Catarina, em prol da mudança dessas divisas. Nós vamos perder muito, senhor presidente, mas tenho certeza que com a união da Assembléia, junto com todos esses movimentos não será um perito indicado por terceiros que vai nos tomar os royalties do nosso petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Boa tarde, senhor presidente, companheiros deputados.

Mais uma vez voltamos a esta tribuna, para infelizmente comentar dos desmandos que vêm acontecendo no Porto de Paranaguá.

Sinto-me bastante constrangido deputado Anibelli, quando venho fazer críticas a um setor do governo. Já que durante todo esse tempo estamos apoiando o governador Requião. Temos a convicção e a confiança de que o governador Requião quer fazer o melhor para o Estado do Paraná, com a maior transparência, com a maior cristalinidade possível. Mas não podemos de forma alguma, que pessoas ligadas a ele, como o seu irmão em Paranaguá achem ou pensem, que podem falar tudo ou podem fazer tudo sem ser contestado. Acha que está acima da lei.

Então vocês todos devem saber que eu faço parte da Comissão de Fiscalização e Controle. E nós como deputados, temos a incumbência e a obrigação de procurar fiscalizar da melhor maneira possível todos os atos que possam vir a fazer mal para a imagem do governo, mal para o Estado do Paraná. E assim estamos agindo na Fiscalização e Controle a partir do momento que chegam a nós várias denúncias envolvendo o Porto de Paranaguá.

Pasmem os senhores! Depois daquela última audiência da Comissão de Fiscalização e Controle, quando convocamos o diretor-técnico do Porto de Paranaguá para prestar esclarecimentos a respeito dos desmandos que vem acontecendo em Paranaguá.

Pasmem os senhores, que o superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina pega o microfone de uma rádio em Paranaguá, fala o que quer, ofende-me como deputado achando que estou errado, achando que ele pode fazer tudo o que pode fazer e ninguém pode contestá-lo.

Até trouxe aqui a transcrição do que ele falou e vou colocar aqui um pedacinho da fita que ele falou, ou seja, mal conhece Paranaguá e vem dar palpite no que não deve. Escutem os senhores:

(Inicia demonstração de fita)

Eu vou ler, agora, trouxe a transcrição, uma parte do que fala o ilustríssimo senhor Eduardo Requião, que em Paranaguá é conhecido como “Eduardo Maluco” ou “Dudu Maluco”, diga-se de passagem.

(Lê):

“Nós não podemos permitir que a política local, que os embates, as disputas pela Câmara Municipal e pela Prefeitura Municipal, contaminem uma economia de um Município, de um Estado, de um País. E é isto o que está acontecendo. O deputado representante desta comunidade faz na Assembléia Legislativa uma convocatória ao diretor técnico do Porto de Paranaguá para fazer questionamentos, dizendo que uma soja sumiu do Porto de Paranaguá. Meu Deus do Céu! Que Deus perdoe as

calúnias feitas por este deputado. Jamais, nesta nossa administração, sumiu soja do Porto de Paranaguá”.

Uma outra parte:

(Lê):

“Vamos escolher bem os seus representantes. Esse deputado que lá estava, na Assembléia Legislativa, com ares de senhor poderoso e dizendo que pode convocar a, b, c, ou d, em cima de calúnias, Paranaguá tem que ser bem representada, tem que escolher bem seus representantes. Nós precisamos de pessoas representativas, em Paranaguá, lúcidas e competentes!

Então, senhores, quando este senhor vai à rádio e fala que não houve sumiço nenhum de soja, que é uma calúnia, que Deus perdoe, ele deve ser maluco mesmo. Porque há na delegacia da Cidade uma representação criminal assinada por ele mesmo, que já está em poder da Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, uma pessoa que nunca foi eleito para nada, que ninguém conhece direito, que disputou uma eleição contra seu irmão, fez 1% dos votos em Curitiba, que foi 10.000 votos, acho que até menos que isto, porque naquela época o eleitorado era menor, qual a qualidade para chegar em Paranaguá e dizer que a população escolheu bem ou mal seus representantes. Então, ele tem que fazer seu trabalho, em Paranaguá, da melhor maneira possível.

Só para que as pessoas entendam: pelo porto de Paranaguá passou 30 milhões de toneladas, o ano passado. Exportou cerca de 40%, um terço de soja que foi exportada para o exterior, pelo Brasil. Isto, só entre soja, farelo e milho, representou 15 milhões de toneladas. Traduzindo, em volume de caminhões, dá uma média de 380 mil caminhões que passaram pela nossa cidade.

É um comércio que movimenta o comércio, a agricultura do Paraná, do Brasil, que traz divisas, que gera empregos. É um segmento muito importante para ser administrado por uma pessoa pouco competente ou pouco conhecedora do caso.

Perdoem-me as Bancadas do PMDB, do PT, PPS e outros Partidos que apóiam o governo, mas de forma alguma posso me calar diante dos desmandos desse senhor, uma vez que eu não invento denúncias. As denúncias são trazidas a nós pela comunidade portuária, pelas pessoas envolvidas no segmento.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Leite, eu não endosso, absolutamente, o que o Eduardo disse, na rádio de V. Exa.

V. Exa. é um representante à altura do povo paranguara. V. Exa. tem sido um aliado da Bancada do Governo, 100% conosco.

Para falar mal de deputado, só nós mesmos, aqui. Nós nos digladiamos, nos ofendemos, às vezes, com euforia nas palavras e muitas vezes dizendo coisas que não deveríamos dizer, entre nós, deputados. Mas, ser atacado, no ato de V. Exa., defender o seu ponto de vista, a ele não cabe criticá-lo. Agora, cabe a V. Exa., como

representante de Paranaguá e ainda mais desafiado pelo Sr. Eduardo Requião, cabe a V. Exa. com a Comissão de Fiscalização, provar que foi desviado. Se foi desviado, tem que aparecer. E se não foi, cabe a V. Exa. responder.

Mas, eu não concordo, de maneira nenhuma, com as palavras do Sr. Eduardo Requião a respeito de V. Exa.. V. Exa. merece crédito absoluto desta Casa. É um companheiro, um grande aliado, e representa com muita dignidade o povo parnanguara.

O Sr. Marcos Isfer

Eu só queria, como líder do PPS, dizer a V. Exa. que o Partido presta, sim, apoio ao governo Roberto Requião na tese da governabilidade do povo do Paraná, mas não compactua com nenhum ato lesivo ao erário público e não compactua, em momento nenhum, com atos de desmando como este cometido contra V. Exa.

V. Exa. tem todo o apoio do Partido, tem todo o apoio de seus companheiros de Bancada, e quero dizer mais, são tantas denúncias que chegam a esta Casa que quer me parecer que é hora de uma comissão especial de investigação a respeito do porto de Paranaguá, talvez mais mesmo do que a própria comissão de fiscalização, porque são inúmeras as denúncias que todos os deputados têm aqui recebido. Então, a solidariedade do Partido com V. Exa.

O SR. WALDIR LEITE

Obrigado.

Primeiro, quando esse senhor vai à rádio e fala que não houve sumiço de soja e asina uma representação criminal, ou ele é maluco ou não sabe o que está fazendo no porto de Paranaguá. Depois tem a questão da dragagem dos portos de Paranaguá e Antonina, como bem sabe o deputado Marcos Isfer e tantos outros, que há muito tempo não são feitas as dragagens, o que vem afugentando diversos armadores do nosso porto, o que faz com que os nossos produtores tenham a sua soja vendida por um preço mais baixo do que em outros portos do Brasil.

Então, eu não posso me calar quando a gente sabe que um berço do corredor de exportação por onde passa quinze milhões de toneladas está quase caindo há um ano, e o superintendente fala que tem 140 milhões em caixa e não tem competência de mandar arrumar, de mandar fazer os concertos que são necessários para continuar a funcionar.

Eu não posso deixar de falar aqui que fica fila de navios em Paranaguá, são vinte e cinco dias que navios esperam para poder atracar. Eu não posso deixar de falar aqui que o porto fica quatro horas parado por dia porque o superintendente há dois anos não dá aumento aos portuários e na troca de turno o porto fica parado uma hora a cada troca de turno, o que perfaz quatro horas por dia, o que dá um total de 36 mil toneladas que deixa de ser movimentado no porto de Paranaguá por incompetência administrativa da sua diretoria.

Isso aí equivale, a cada dois dias é um navio que deixa de ser movimentado no porto de Paranaguá. Eu não posso deixar de falar que o porto de Paranaguá infelizmente contratou uma empresa para fazer sua limpeza e rescindiu estranhamente contrato para contratar uma outra empresa, apadrinhada politicamente por um diretor, para fazer o mesmo serviço; e essa empresa não tem uma certidão negativa, não tem alvará, não paga ISS.

Então, é uma vergonha, até porque o governador Requião sempre pregou os princípios da moralidade administrativa.

Não posso me calar, acho que faço um trabalho alertando o governador pelo que vem acontecendo no nosso porto. Eu não posso deixar de falar do tal programa "Porto Família", aonde o exportador paga trinta centavos por tonelada para fazer a manutenção do corredor de exportação, e nesse último acordo o superintendente incluiu uma cláusula social de vinte e cinco mil reais por mês para contratação de psicólogas que ninguém sabe até hoje, o que essas psicólogas fizeram. Eu não posso deixar de falar que até hoje se pedirmos um prontuário acho que muitos poucos prontuários de atendimento irão chegar até nós. E esse atendimento começou a ser realizado dois meses depois de eles terem começado a receber vinte e cinco mil reais por mês.

Não posso fechar os olhos para essas barbaridades que vêm acontecendo em Paranaguá.

(Exposição de imagens do porto de Paranaguá)

O SR. WALDIR LEITE

Esse é o nosso porto. Essa filmagem foi feita dia oito de fevereiro. Aí estão as instalações do porto de Paranaguá.

(Continua exposição de imagens do porto de Paranaguá)

O silo onde fica armazenado o farelo de soja que é exportado, deputado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Embaixo tem soja?

O SR. WALDIR LEITE

É por onde passa toda a soja, são as correias por onde é transportada a soja.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado, só para entender. Os ratos estão em cima, a correia que leva o soja do silo para o navio, passa por baixo. Se o rato cair, ele cai na soja e a soja vai para o navio. É isso?

O SR. WALDIR LEITE

Exatamente, deputado.

No dia dessa filmagem, caíram exatamente ratos no porão do navio que ia para o Irã. Esse navio, na verdade, foi destracado, ficou ao largo por durante vinte dias, porque não se sabia o que fazer com a carga. E ainda ontem o navio foi embora e até agora ele não sabe para onde foi essa carga, porque pelas leis iranianas se chegar lá com o porão com ratos, o comandante do navio é preso. Por isso não é possível mandar essa carga para o Irã.

Mas, quero deixar bem claro, que esse senhor alardeia que tem cento e quarenta milhões de reais em caixa, e esquece de falar que ele não faz dedetização, não faz limpeza. Quem faz a manutenção do corredor de exportação são os empresários porque na verdade a obrigação seria do próprio porto. O cais do porto, um deles, o 213 já está quase caindo o caso venha a cair, vai atrapalhar e muito o escoamento da produção paranaense. Isso que quero deixar bem claro aqui para vocês, que o porto de Paranaguá, hoje, infelizmente, está abandonado, está uma vergonha. Logicamente que dinheiro tem, mas as pessoas que estão lá, nem gastar esse dinheiro sabem. Não tem competência para isso.

Quando eles são chamados aqui e querem explicar o inexplicável, querem nos enganar, é por isso que temos que aprofundar esses estudos, para que possamos chegar a algumas conclusões.

O diretor-técnico do porto teve a capacidade de vir aqui falar para os deputados, que a Marinha do Brasil vinha fazendo a batimetria. Batimetria são as medidas de profundidade dos canais que a lei obriga o porto a fazer.

Esse diretor teve a coragem de nos enganar, dizendo que a Marinha do Brasil vem cobrando dele praticamente há quatorze meses, porque cada vez que a batimetria não é feita, a Capitania dos Portos é obrigada a diminuir o canal do porto e assim, cada vez mais, vem menos navios à Paranaguá. Navios grandes não têm como vir à paranaguá.

É isso que quero deixar bem claro e não quero vir aqui com discurso oposicionista, não. Quero vir com discurso esclarecedor, com discurso que realmente precisamos de um porto que dê condições à agricultura, à economia do Paraná crescer.

É com esse ímpeto que estou trazendo essas imagens e digo para vocês com bastante tristeza: para mim é muito triste mostrar isso ao Paraná, mas não tenho outra condição, já que todo segmento portuário, as pessoas envolvidas nessa atividade vêm fazendo críticas há um bom tempo e infelizmente essas críticas não têm sido escutadas, não têm sido acolhidas. Não sei por que causas. Mas, espero e acredito no bom senso do governador Requião, que mude a maneira como vem sendo conduzida a administração dos portos de Paranaguá e Antonina.

O Sr. Jocelito Canto

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Gostaria de perguntar a V. Exa. se essas mesmas correias que levam os produtos para os navios são as mesmas que trazem os produtos de fora para dentro. E que produtos são esses, que importamos, até para saber, para não comer mais! Com todos esses ratos, é complicado. E gostaria ainda, deputado Leite, de sugerir ao senhor, porque está aí uma baita de uma imagem para a TV Educativa. A TV Educativa, que é controlada pelo Governo do Estado, poderia exibir essas imagens como: Aventuras de Paranaguá - os ratos e ratasanas de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR LEITE

Com relação ao que o senhor perguntou, a mercadoria importada não vem por esse mesmo caminho. Aqui é o “corredor da exportação”, onde sai mercadoria, seja milho, farelo ou soja e isso no ano inteiro. Antigamente tinha sazonalidade, ou seja, a exportação era só em determinadas épocas e hoje é durante o ano inteiro que é feita a exportação de produtos via porto de Paranaguá. E é por isso que, cada vez mais, o produto embarcado em Paranaguá é mais barato do que o embarcado em outros portos - essa é uma das causas!

O Sr. Neivo Beraldin

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Quero, agradecendo o aparte, dizer que a Comissão de Fiscalização que presido, e que V. Exa. faz parte, se reuniu na semana que passou e ouviu o diretor-técnico do porto de Paranaguá, que é proprietário de duas rádios no município de Paranaguá e transmitiu ao vivo e saiu aqui dizendo que deu uma aula para os deputados.

O SR. WALDIR LEITE

Aula de mentira.

O Sr. Neivo Beraldin

Aula de mentira, aula de falar com a cabeça baixa, uma aula de quem não tem a verdade na ponta da língua. E nós, amanhã, teremos nova reunião às dez horas da manhã e vamos deliberar para na quinta-feira, às dez da manhã, estarmos pessoalmente no porto de Paranaguá, reunindo a Comissão de Fiscalização, para ouvir aqueles funcionários que foram afastados do porto por motivo do desvio da soja. Vamos saber por que estão afastados, se eles têm alguma contribuição a nos dar e vamos ouvir também a sociedade organizada, que depende do porto público brasileiro, Paranaguá, segundo porto do Brasil. Essas informações chegam em todos os portos do Mundo instantaneamente, porque é on line, a informação é instantânea porque ninguém quer operar com um porto que está tendo dificuldades desse gênero. A economia do Paraná está perdendo com esse tipo de comportamento e eu disse ontem ao deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil: deputado Caíto Quintana, diga ao governador

que demita imediatamente aquele diretor-técnico Ogarito Linhares, porque se ele não for demitido vai comprometer a administração estadual. Espero que o deputado Caíto, chefe da Casa Civil, tenha levado ao governador Requião essa nossa posição e espero poder, evidentemente, chegarmos a uma conclusão decisiva.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. WALDIR LEITE

Obrigado pelo aparte, mas discordo de V. Exa. quando o senhor fala que só tem que ser mandado embora, o diretor-técnico. O diretor não faz nada sem o conhecimento do seu superior e, então, vejo que a questão é abrangente e não podemos culpar um, quando existem diversos culpados.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Agradeço-lhe pela gentileza do aparte e quero parabenizá-lo pela exposição, pela amostragem dos fatos que acontecem em Paranaguá.

Quero dizer aos senhores deputados que nós, membros da Comissão de Fiscalização, no dia em que tivemos a presença do diretor-técnico, o deputado Leite já fez todas essas colocações e foi imediatamente contestado pelo diretor -técnico, querendo dizer que não eram verdadeiras as afirmações que o deputado Leite fazia. E contra as imagens e contra os fatos não podemos duvidar!

Olha deputado Leite, isso que o senhor mostra é passível de interdição do porto. Se a Agência de Vigilância Sanitária assistir a um vídeo desses, tem que interditar o nosso porto. Não é possível que esteja assim!

O SR. WALDIR LEITE

Vejo que temos que ter um pouco mais de flexibilidade nessa questão. Acho que uma boa desratizada resolve esse problema em poucos dias, até porque não podemos comprometer toda uma economia por um desmando de uma pessoa incompetente e que está ocupando um cargo tão importante na estrutura da Secretaria dos Transportes.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Concordo plenamente com o senhor e a sequência das minhas palavras iriam nessa direção. O senhor imaginou se a Anvisa interdita o nosso porto, o prejuízo para a nossa economia, o tamanho do prejuízo?

Agora, encerrando o meu aparte, deputado Leite, nós temos que imaginar se os ratos que estão lá passando pelo terminal de embarque de Paranaguá têm esse tamanho! Imagine os gatos que deve ter lá para poder combater esses ratos!

O SR. WALDIR LEITE

Não, lá não tem gato. Os maiores gatos que tem lá são chamados de gatitos!

O Sr. Fernando Ribas Carli

O senhor está de parabéns, o deputado Neivo Beraldin presidente da Comissão. Eu acredito que a Comissão tem que estar presente, é a função deste Poder em um assunto importantíssimo, porque não adianta querer tapar o sol com a peneira, temos que resolver isso. O governador se não sabe disso tem que ser mandada a ele uma imagem, imagens como estas, para que ele tome as providências.

Não é possível, deputado Leite, o senhor Ogarito disse que é engenheiro portuário, tem vinte e quatro anos de porto, faz um ano que está à frente da direção técnica e deixa o porto nessas condições! Nós não podemos aceitar!

Meus parabéns pelo seu pronunciamento e pelas imagens que o senhor traz a esta Casa e para o conhecimento de todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Senhor orador, vou conceder três minutos para V. Exa. concluir o seu pronunciamento, porque já ultrapassamos os trinta minutos.

O SR. WALDIR LEITE

Aproveitando os três minutos, eu quero somar a eles mais os cinco da nossa Liderança do PPS. Daí terei um total de oito minutos para concluir.

Então, só para que vocês saibam o superintendente, pelas imagens, pelos acontecimentos que estão sendo investigados dá para notar que ele não tem conhecimento nenhum. E não é culpa dele não ter conhecimento, ele não é obrigado a conhecer, mas ele tem, sim, que ter a responsabilidade de pedir a demissão daquele cargo que ele ocupa em prol da economia do Paraná. Mas, eu vou mais longe porque falta muita coisa aqui ainda, existe em Paranaguá uma empresa chamada AGPL que está impedida de movimentar mercadoria com uma capacidade estática de sessenta mil toneladas, o que vai acarretar a demissão de mais ou menos duzentas pessoas, sem contar a movimentação de mil pessoas que essa empresa movimenta. Esses empregos serão perdidos por capricho do senhor superintendente que não quer mais deixar essa empresa operar lá por causa de briga com a ADM Exportadora. É mais uma vergonha que está acontecendo em Paranaguá, mais um desmando, mais um des-caso.

Tem mais a questão de uns cantineiros que exploram aquelas cantinas no porto há vinte anos, que é alguma coisa em torno de cinquenta famílias, que o superintendente também achou por bem resolver intervir na vida das pessoas e retirar todos de lá.

Eu não entendo qual é a política que tem sido aplicada em Paranaguá, eu não entendo mais nada, na verdade.

Por último, esse senhor superintendente chegou em Paranaguá e já desacatou os vereadores; todos os sindicalistas; o prefeito da cidade que, inclusive, ameaçou prendê-lo achando que ele era louco quando ele mandou que mil caminhões, invadissem a cidade, o prefeito

ameaçou prendê-lo pela maluquice dele; já ofendeu este deputado que vos fala; os empresários estão cansados, estão amedrontados devido as atitudes do superintendente porque têm medo de retaliações nas suas atividades comerciais.

Então, é uma vergonha o que vem acontecendo em Paranaguá.

E, por último, para completar todo esse leque de sacanagem, a partir do momento, presidente Neivo Beraldin, que começamos a investigar o porto, começaram a chegar ameaças a este deputado perguntando se eu não tinha medo de morrer, se eu não tinha medo de levar um tiro, se eu não tinha cuidado com a minha família. Então, esse tipo de coisa não vai me amedrontar, não sei de onde partem essas ameaças, mas de forma alguma, já dei publicidade nas rádios de Paranaguá e esse tipo de ameaça não irá, de forma alguma, atrapalhar o trabalho que estamos fazendo na Comissão de Fiscalização e Controle. Mas, eu acho muito estranho que essas ameaças tenham começado a aparecer após o início das investigações no porto de Paranaguá.

Concedo um aparte do deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira

Eu só gostaria, deputado, até para não abusar da boa-vontade do povo de Paranaguá, de V. Exa. que é um deputado íntegro, de somar com V. Exa. quando diz que o afastamento ou a demissão não resolve. Não resolve porque eu estive presente na Comissão de Fiscalização e vi que com várias evasivas o depoente, na verdade, se safava de responder e saiu dizendo que estava dando aula aos deputados. Eu também ouvi naquela Sessão, naquele interrogatório que ele pretendia disputar a prefeitura de Paranaguá. Portanto, o prazo para o afastamento será daqui a poucos dias. Ainda assim ele vai sair dizendo que saiu porque quis para concorrer um cargo eletivo. É preciso que se investigue e que se apurem os fatos. A demissão pura e simples não resolve, até para não zombar com o bom-senso e o respeito que esta Casa e V. Exa. também merecem.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente foram exibidas imagens, comentários e está havendo investigações.

Eu, sinceramente, acredito mesmo até porque conhecendo o governador Requião, eu acredito que alguma atitude será tomada, em relação ao Poder de Paranaguá. Não é possível que qualquer ligação familiar, com qualquer pessoa, permita que esse tipo de abuso venha ocorrendo em um porto que exporta 1/3 da soja brasileira e que é um dos maiores corredores de exportação do mundo.

Com relação às ameaças, o nosso trabalho vai continuar da mesma forma que iniciou, ou seja, sempre buscando a verdade, dando a oportunidade às pessoas de se defenderem, sem condenar de maneira precoce.

Muito obrigado pela atenção de todos vocês. Espero que no espaço mais curto de tempo possível, nós possamos ter o porto que a economia do Paraná e do Brasil merecem. Basta que as pessoas que admitiram sejam competentes e conhecedoras dos fatos. Chega de pessoas despreparadas e desequilibradas no porto de Paranaguá.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, entramos no Horário das Lideranças.

PL.

(Declina)

PSL. Deputado inscrito, Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós queremos aqui parabenizar o deputado Leite, por ter coragem de apresentar essas imagens estarrecedoras nesta tarde. Porque até certo ponto somos leigos nessa questão do porto. Mas o deputado Leite convive e nasceu lá. Ele conhece a história do porto. Ele convive com aqueles que trabalham no porto. Ele tem informações eu não diria privilegiadas, mas exatamente por estar morando e vivendo em Paranaguá.

Eu estava pensando e fazendo um cálculo, aqui. O que estaria acontecendo? Vem na minha lembrança daquela fila da fatura. A fila da fatura dos caminhões, que vinham e ficavam no contorno de Curitiba, no contorno Leste e no contorno Sul. Era a fila da fatura. Hoje, a fila é de navios. Pelos dados que temos são aproximadamente 40 navios que estão parados. Descobrimos que cada navio custa em torno de dez, doze mil reais por dia. Vamos colocar 40 navios, a dez mil, seriam 400 mil reais por dia. A pergunta que fazemos: quem é que paga tudo isso? É o agricultor paranaense que paga? É por isso que a soja que está saindo pelo porto de Paranaguá está mais barata.

Nós, como leigos nesse assunto, queremos saber para poder informar o povo do Paraná. Agora, com sinceridade, se o governador Roberto Requião está assistindo a esse vídeo, hoje conhecendo o governador como o conhecemos, podemos não aceitar em alguns momentos as colocações do governador Requião. Mas não podemos, deputado Valdir Rossoni, duvidar da honradez do governador Roberto Requião, não podemos duvidar da honestidade do governador Roberto Requião, em momento nenhum. Podemos discordar de suas posições em alguns momentos, mas isto não, isto não.

O governador Roberto Requião já teve problemas com esse seu irmão no governo passado. Vovó Nana só trouxe problemas para o governador Requião. Vovó Nana trouxe para dirigir, deputado Rafael Greca, trouxe para dirigir o teatro Guaíra na época, V. Exa. lembra, aquele ator da Rede Globo, Oswaldo Loureiro, e deu no que deu. Vovó Nana trouxe o Magalhães, lembra do Magalhães, do Rio de Janeiro, para formalizar aquele plano da prev-

idência. Ali foram milhões e milhões e que foi aprovado aqui na Assembléia, depois o próprio governo acabou com aquele projeto, lembram-se disto? Foi Vovó Nana que trouxe o Magalhães, foi Vovó Nana que trouxe o Loureiro, foi Vovó Nana que se especializou em gravações dentro do Palácio Iguazu, de todas as conversas que eram realizadas ali e Vovó Nana continua trazendo problemas para o Requião.

É claro que eu sou família, eu adoro meus irmãos, eu adoro meus filhos, eu concordo com isto, mas espera um pouco, o governo não é família deste jeito. Ele tem parentes competentes, o governador Requião, como nós também temos, não sou contra isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Eu vou lhe conceder mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Vovó Nana está trazendo constrangimento ao governador Roberto Requião. Olha, pelas imagens que nós presenciamos aqui, por tudo que está acontecendo, pelo prejuízo que o povo do Paraná está tendo, e eu faço um apelo aqui, governador Roberto Requião, governador, eu faço um apelo e eu tenho certeza que não só os deputados de Oposição, mas os deputados da base que sustenta o governo aqui nesta Casa, que o povo do Paraná, governador Roberto Requião, demita o comandante do porto de Paranaguá, pelo bem do povo do Paraná, pelo bem da economia do povo do Paraná, pelo bem da agricultura do povo do Paraná e mais ainda, deputado Leite, o povo de Paranaguá tem uma história muito bonita, não são ratos do Paranaguá, são ratos do porto de Paranaguá.

Olha, é constrangedor e com certeza o governador Roberto Requião, ele que tem pulso firme, hoje ele se sentiria envergonhado, e olha vou mais aqui, deputado Anibelli, conhecendo o governador, eu tenho certeza que ele pegaria todos nós aqui, convidaria todos nós aqui, juntamente com o deputado Leite...

(Término do Tempo)

(Ausência de Som)

... notícia internacional já chega outras que nós temos. Nós confiamos. o governador é homem de pulso firme. Mesmo o Eduardo sendo seu irmão ele não vai permitir. Ele tem que fazer uma limpeza. Não é só nos ratos do porto, não. Ele tem que fazer uma limpeza em tudo, em Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Liderança do PSB.

(Declina)

Liderança do PT.

(Declina)

Liderança do PFL. Com a palavra o deputado Elio Rush.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Nós ouvimos atentamente o pronunciamento do deputado Leite, da cidade de Paranaguá, melhor que ninguém conhece o problema do porto de Paranaguá e Antonina. Eu que faço parte da Comissão de Fiscalização, presidida pelo deputado Neivo Beraldin, tivemos a presença do diretor-técnico da APPA aqui na semana próxima passada. As imagens mostradas pelo deputado Leite mostram exatamente o inverso daquilo que foi apresentado pelo diretor técnico junto à Comissão de Fiscalização. Quanto a estas imagens não há contestações! Lamento profundamente, senhor presidente Hermes Fonseca, que preside a Sessão de hoje, lamento profundamente que tais imagens sejam do nosso porto de Paranaguá.

Ora, deputado Durval, deputado Rossoni, se o governador do Estado do Paraná está preocupado, vejam senhores deputados, o governador do Paraná está preocupado com a soja transgênica, não pode exportar via porto de Paranaguá porque é uma soja geneticamente modificada, e não existe estudo nenhum que comprove que a soja transgênica seja prejudicial à saúde humana. Agora nós vemos essas imagens, os ratos, as raposas, para mim muito mais parecido com raposas do que rato, andando livremente sobre a esteira que transporta a soja do granel até o navio! Disse mais o deputado Leite que foram encontrados ratos dentro da soja já depositada no navio que iriam para exportação! O navio saiu do cais e foi para outro lugar para ver o que eles vão fazer com esta carga. E aí eu pergunto: deputado, um produtor de soja que sustenta, que alavanca a economia do nosso Estado, imagine o senhor, imaginem os cooperativistas do Estado do Paraná, o governador fecha o porto para exportar a soja transgênica, deputado Luiz Carlos Martins, mas abre o porto de Paranaguá para que os ratos tomem conta, onde nós chegamos? E o superintendente do porto de Paranaguá diz que esta tudo bem?

Ora, a imprensa na semana passada mostrou, a Rede Globo de televisão, eu assisti na sexta-feira à noite, no jornal da 19h, entrevistando economistas em relação a demora do embarque da soja aqui no porto de Paranaguá. E o que disse um ex-secretário da Agricultura, Eugênio Stefanello? Ele disse o seguinte: Hoje os compradores de soja do mundo compram de outros países, entre eles do México, pagando 60 dólares a mais na tonelada, porque eles querem ter certeza do produto chegar rapidamente aos seus países para produzir.

E o Paraná está perdendo a competitividade, o porto de Paranaguá está pedindo socorro, os exportadores estão pedindo socorro! E o superintendente do porto que é irmão do governador Roberto Requião, juntamente com toda sua diretoria diz que está tudo bem” Demite-se as pessoas de mais baixo escalão mas os diretores permanecem todos nos seus cargos!

Eu tenho certeza que na quinta-feira próxima agora na hora que a Comissão de Fiscalização for lá para o

porto de Paranaguá vai ver *in loco* e espero que o governador se sensibilize sim diante da gravidade em que se encontra o porto de Paranaguá porque nós, deputado Durval, não podemos compactuar com isso, não podemos concordar com isso! Todos os investimentos feitos no porto de Paranaguá pelo ex-governador, 480 milhões de reais, 180 milhões de reais no porto de Antonina, tudo isso é jogado fora, não se dá manutenção, rompe-se contratos com as empresas prestadoras de serviços e o porto vira o caos. Vi hoje de manhã na audiência pública, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quando veio o secretário da Fazenda junto com a secretária do Planejamento, nós tiramos do site e pedimos uma explicação sobre onde está o dinheiro. E no site consta ativo disponível do Governo do Estado 1 bilhão e 99 milhões de reais, onde está esse dinheiro? Quanto desse dinheiro está no porto de Paranaguá? Com certeza se o administrador do porto estivesse fazendo com zelo, com determinação não estaríamos vivendo o caos que está hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Com a palavra o Sr. Valdir Rossoni do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Também me reporto ao porto de Paranaguá, mas em cima de outra questão.

Inicialmente quero cumprimentar o deputado Leite que traz, uma questão seriíssima. Mas todos nós já sabíamos o que estava acontecendo no porto de Paranaguá. Diga-se de passagem, se você pegar todo o Governo, você vê falar mais do porto de Paranaguá do que outra coisa. Uma empresa como a Sadia, a Perdigão, sai do porto de Paranaguá e vai para Santa Catarina por quê? Por quê? Essa é uma pergunta que nos paranaenses temos que fazer.

Agora, a questão mais séria e que quero que fique registrado nesta Casa teremos resposta logo aí na frente. Ontem o governador Requião esteve com o presidente da República, o Lula. E vi na "Gazeta do Povo" uma fotografia do governador com o Lula onde a notícia é a seguinte: que o Paraná está livre dos transgênicos. Ora, pelo tamanho das autoridades, pelo significado das duas autoridades ali na fotografia, não queria usar esses termos, mas ou o presidente da República está enganando o governador Requião ou o governador Requião está enganando o povo do Paraná. Porque se o presidente da República edita uma medida provisória permitindo a comercialização dos transgênicos é porque o Governo Federal fez um estudo e acha que deve autorizar a comercialização dos transgênicos no Brasil. E o Paraná não é uma ilha. Agora, o que acontece? Quero crer, conhecendo o Paraná, conhecendo a história política do Requião, não reconheço o presidente Lula, tenho certeza absoluta se o presidente Lula visse essa fotografia e esta notícia não tenho dúvida que o presidente Lula não iria gostar.

Porque ou o presidente Lula está, não acredito nisso, enganando o governador Requião ou o governador Requião está enganando o povo do Paraná. Porque a edição de uma medida provisória não é brincadeira. Até falar em medida provisória, para quem lembra da política, do que mais se falava deste País, da edição de medida provisória.

Segundo ouvi na televisão, o presidente da República editou mais medida provisória em um ano e meio do que o Fernando Henrique em três anos. Causa-me preocupação. O presidente da República, isso aqui mexe com questões internacionais. Não é governador do Paraná que vai ditar normas como que o Brasil deve se comportar. Ele pode até opinar como companheiro, como amigo, como governador, como representante de um Estado produtor. Mas alguma coisa me diz deputado André Vargas que está errado. Aí na frente nós saberemos quem está faltando com a verdade. Mas um dos dois está faltando com a verdade.

O Sr. André Vargas

Só para esclarecer, senhor presidente.

Há duas matérias na Gazeta do Povo. Uma na Folha de Economia e outra com relação a essa que foi emitida pela agência estadual, que tem a foto e um texto onde não há nenhuma fala do presidente Lula, ele fala pela sua assessoria ou pelo seus ministros. O que já é um debate sobre os índices a serem considerados em relação a concessão, a possibilidade de embarcar até 0,9% de soja transgênica, como ocorre no porto de Rotterdam.

Então esse é o debate que há dentro do Governo. A posição do governador Requião é uma, a posição do Governo que está sendo debatida não é a mesma, está sendo debatida ainda. É uma equação a ser alcançada ainda.

Portanto, é preciso ler as notícias de forma separada. E o presidente Lula naturalmente fala pela sua assessoria e pelos seus ministros.

O SR. VALDIR ROSSONI

Na fala do deputado André, você já observa de que há dupla interpretação. E isto não é questão apenas do Paraná, é uma questão do Brasil.

Estou fazendo esse registro porque aí na frente nós teremos que saber da verdade. Eu não tenho dúvidas, fica aqui o registro. O Governo Federal terá que intervir no porto de Paranaguá. Se ele quiser que o porto funcione ele vai intervir no porto de Paranaguá, porque se não o porto não vai funcionar. E a cada dia que passa o porto de Paranaguá está afundando e o Governo Federal terá que intervir para que os paranaenses não tenham mais prejuízos ainda.

Agradeço a benevolência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Consulto à Liderança do PDT.

(**Declina**)

PT.

(Declina)**O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)**

Só uma informação técnica para a Assembléia. A proposta de venenos de ratos.

O princípio ativo que mata ratos é Culma Treta Lio ou Culma Cloro. Custa 30 reais o quilo. A cidade de Curitiba gasta 50 quilos mensais, gasta portanto cento e cinquenta reais. O porto de Paranaguá deve ser muito menor que a cidade de Curitiba.

Então, parece-me que o problema apresentado pelo deputado Leite pode ser perfeitamente resolvido e não vai falir o Paraná. O veneno de rato custa 30 reais o quilo. Então não deve ser um problema que aflija tanto as finanças ou o Paraná. Posso oferecer a receita para matar ratos e não devem se afligir - nem ratos, nem gatos com esse problema.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Não é só o problema do veneno, não. O problema é de administração, é da incompetência que está instalada no porto de Paranaguá.

O SR. WALDIR LEITE (Pela Ordem)

Só para complementar o pensamento do deputado Rafael Greca. Lógico que 1.500 reais não é nada, deputado. Mas, por aí o senhor vê que uma pessoa que não tem capacidade para gastar 1.500 reais é uma pessoa que não pode permanecer à frente de uma autarquia tão importante para a economia do Estado, do País. É uma vergonha ele não gastar 1.500 reais. Então, o senhor me desculpe, mas o preço é muito pouco quando está em jogo a imagem do produto paranaense, a capacidade de escoamento do produto nacional.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra à Liderança do Governo.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, estou autorizada pelo PT, que hoje ocupa a liderança do Governo, a fazer uso da palavra neste horário.

Quero agradecer aos companheiros do PT.

Evidentemente que tenho estado há um ano e três meses com os companheiros e acho que tem ficado explicitado que esta deputada tem procurado não entrar em querelas em alfinetadas, “diz-que-me-diz-que”, piadinhas. Porque não fomos eleitos para isto. Mas, quando o assunto é de fato relevante, reservo-me o direito de deixar consignada minha posição, que tenho certeza é a posição do meu Partido, o PMDB.

Ouvi, atentamente, as questões colocadas pelo deputado Leite. E não só ouvi o pronunciamento como também vi as imagens. E não se trata, aqui, das saudáveis ratazanas que vimos apresentadas, aqui, no vídeo. Mais

que isto: foram colocações bastante graves, na minha avaliação, considerando que o porto de Paranaguá se trata de uma divisa do Estado. Uma divisa de fundamental importância.

Então, preocupam-me algumas questões colocadas hoje, aqui, do ponto de vista administrativo, as questões relativas a sumiço de soja, que denuncia e depois não mais isto, e outras questões da dragagem, amarrações e outras coisas foram colocadas, muito sérias e muito graves.

Eu realmente, sou signatária do Programa de Governo Roberto Requião. E até então, tenho me sentido bastante orgulhosa em participar deste governo, defendê-lo, aqui; ser da base de sustentação, ser do Partido do governo. Por isso, falo com absoluta serenidade, de que tenho certeza absoluta de que o governador não haverá de ignorar as questões aqui, hoje, colocadas.

Conhecendo o governador como conhecemos, sua retidão, seu compromisso com a ética e com a verdade com a probidade da coisa pública, tenho certeza absoluta de que o governador Roberto Requião vai investigar e tomar as necessárias providências. Porque não se trata, aqui, uma relação de mero parentesco. E nem me agrada a relação de parentesco. Porque igualmente temos o secretário da Educação, irmão do governador Roberto Requião e que tem dado uma demonstração pública de competência, de seriedade e de compromisso com a coisa pública.

Então, eu queria e acho importante fazer este registro, porque embora sejamos todos, aqui, do PMDB, da base de sustentação do governo, nós não podemos brincar de sermos cegos surdos e mudos. Sempre que necessário e oportuno, entendo que o PMDB tem que manifestar, sim, em relação às questões colocadas nesta Casa, porque nós somos governo. Mas, temos que também nesta Casa, trabalhar na direção de preservar nossa autonomia e independência enquanto Poder. Este é nosso papel. Não podemos misturar as coisas. Aqui, estamos como Parlamento, como deputados estaduais e temos, sim, que nos posicionarmos sempre que entendermos necessário. Até porque compete aos deputados não só fazer leis, mas fundamentalmente acompanhar as ações do Poder Executivo e também a questão da fiscalização do erário. Não muda. É este o papel, também, do parlamentar.

Tenho toda a serenidade, a certeza e a segurança de que o governador Roberto Requião irá a fundo nesta questão, “duela a quien duela”. Doa a quem doer. Porque é assim que o governador tem que agir e tem demonstrado, através das suas ações até esse instante, e será até o final do seu governo. Foi colocado aqui pelo deputado Leite que o próprio superintendente fez a denúncia do sumisso da soja, fez um boletim de ocorrência, e depois que ele foi dizer que isso não tinha acontecido.

Então, são graves as questões colocadas pelo deputado Leite, acho que ele cumpre o seu papel enquanto parlamentar. Somo-me ao deputado Anibelli que anteriormente manifestou-se em relação a postura do deputado

diante do seu mandato, e cumprindo com o seu papel com muita seriedade nesta Casa. Mas é importante que nos posicionemos dessa maneira, que manifestemos aqui a nossa opinião em relação as questões para não parecer que o PMDB se encolhe diante dessas questões.

Nós não nos encolheremos e vamos nos somar a todos os companheiros que tem igualmente a preocupação de irmos fundo nessa questão.

O Sr. Waldir Leite

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

É por essas e outras razões, deputada, que nós fazemos parte da base de apoio juntamente com vocês, temos muito prazer vendo que a idéia, que o pensamento do governador Roberto Requião é de fato passar o Paraná a limpo, mas nós temos que cobrar que a limpeza seja por todos os cantos do governo, e em Paranaguá não vem acontecendo isso.

Então, tenho certeza que o governador Requião irá se posicionar de uma forma benéfica ao Estado, tendo o apoio de todos os deputados que fazem parte da sua base nós não podemos deixar que pessoas que não têm compromisso com a transparência, não tenha compromisso com a cristalinidade possam vir ocupar cargos tão importantes e desta forma denegrir de forma tão forte a imagem do governo, seja a nível estadual, seja a nível nacional, e principalmente a imagem internacional do porto de Paranaguá, do produto paranaense que está em jogo.

Então, é um jogo muito grande, é uma importância muito grande para que o governador Requião não tome as providências imediatas e cabíveis para esse momento.

Quero agradecer a solidariedade da Bancada do PMDB e falar que esse nosso companheirismo estará cada vez mais estreito dentro da ótica, da transparência e da cristalinidade.

Obrigado deputada.

A SRA. ELZA CORREIA

V. Exa. como conhece o governador e também tem nos apoiado nesta Casa sabe que a posição não poderia ser diferente. Eu entendo que esse é nosso compromisso e nós estaremos ajudando o governador sempre que trouxermos para cá ou levarmos até o governador as questões que entendemos relevantes, seja o porto de Paranaguá, ou não.

Era essa a questão que eu tinha para colocar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Liderança da Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente cumprimentar a coragem e destemor do deputado Leite, deputado da base do governo, que mesmo diante de ameaças não se encolhe; pelo

contrário, traz essas à Assembléia Legislativa, ameaças extremamente graves que tentaram intimidar a voz de um Parlamentar, e que efetivamente não conseguiram. As imagens são claras e efetivamente não são essas as imagens que gostaríamos de ver no nosso porto de Paranaguá.

Quero cumprimentar a deputada Elza, que fala nesse momento em nome da Liderança do Governo, porque tenho certeza deputada Elza outra não será a reação do governador senão a de investigar, tomar as providências, e como V. Exa. se referiu, não vai ignorar tão graves denúncias feitas aqui nesta tarde pela base do governo na Assembléia Legislativa, por deputados que integram a base do governo na Assembléia Legislativa. Talvez se as denúncias tivessem inicialmente partido dos deputados da Oposição, deputado Rossoni, elas não pudessem chamar tanto a atenção da sociedade como por certo chamará a atenção em função de serem levantadas por deputados da base do governo, e as providências muito competentemente encaminhadas pela liderança da deputada Elza. Porque é público para todo o Paraná, a soja sumiu, deputado Nelson Justus, milhões de sacas de soja sumiram do porto de Paranaguá, os ratos bem alimentados, parecem que não podem serem acusados de terem comido toda essa soja. Não quero crer que eles são responsáveis por isso.

Com toda a certeza, as denúncias que pairam sobre o porto de Paranaguá não se limitam apenas a soja que sumiu. Já ouvi falar da questão do seguro; da questão da dragagem. Já ouvi falar de promessas e compromissos. De entregar mercadorias que não foram entregues para a iniciativa privada. Em tratativas feitas com a direção do porto. Já ouvi falar muito coisa.

O governador tem um estofo moral e um patrimônio intelectual de seriedade e honestidade que não pode ser colocado em cheque. Nem pelos deputados da Oposição e nem pelos deputados do governo. Mas todos esperamos, Situação e Oposição, providências urgentes, porque as denúncias para esta Casa pelo deputado Waldir Leite são de extrema gravidade.

Entendo que o governador deva intervir rapidamente, como tem feito em outros casos. Aliás daquela tribuna o governador pediu a todos os parlamentares desta Casa que exerçam o mandato, como diz a deputada Elza Correia, com independência. E que a Oposição pudesse desenvolver o "sacro santo", direito de fiscalizar e de denunciar as irregularidades, para que seu governo, no final de quatro anos ser coroado como um governo sério e honesto que todos esperamos.

Que o governo apure, para que amanhã ou depois a Oposição não precise, muito brevemente aqui, começar a buscar assinaturas para instaurar uma CPI. Que o próprio governador tome as providências, esclareça a sociedade paranaense uma vez por todas, porque o porto de Paranaguá deve ser sempre motivo de orgulho para o paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constata da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas, que institui, no calendário e comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 078/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica designada a primeira semana da primavera, a cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz, que passa a fazer parte do calendário de comemorações do Estado do Paraná.

Art. 2º - Na Semana da Paz serão desenvolvidas ações educativas, com o envolvimento das instituições de ensino, em todos os graus, na discussão sobre a violência e suas causas, com incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e estudos que apontem opções e soluções inovadoras contra a violência.

Art. 3º - O Executivo coordenará, na Semana da Paz, campanha de desarmamento entre estudantes, policiais e toda a sociedade organizada.

Art. 4º - Fica instituída e adotada a bandeira da paz, que deverá ser escolhida por meio de concurso público a ser realizado pelas Secretarias Estaduais de Cultura e de Educação.

Art. 5º - Na Semana da Paz, haverá em todo Estado confraternização, com atividades artísticas, científicas,

esportivas e religiosas, devendo as escolas, os museus, as bibliotecas, as instituições educacionais, científicas e artísticas estaduais e outros públicos hastear a bandeira da paz.

Art. 6º - A Semana Paz homenageará a cada ano um cidadão paranaense que se tenha destacado na promoção da paz no Estado ou fora dele.

Art. 7º - A Secretaria Estadual da Cultura, em conjunto com a Secretaria Estadual da Educação, deverão constituir uma Comissão Especial para organizar a Semana da Paz composta por:

I - 01 representante do executivo, indicado pelo governador;

II - 01 representante do Legislativo, indicado pelo presidente;

III - 05 representantes de entidades da sociedade civil nomeados pelo governador.

Art. 8º - Caberão à Secretaria Estadual da Cultura e à Secretaria Estadual da Educação as demais normas e providências para a implantação e o cumprimento da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.03.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 158/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, nos termos desta lei, obrigado a dar informações a todas as pessoas residentes no território paranaense e que recebam nominal e regularmente as faturas de energia elétrica e/ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS, FPM e IPVA de cada município.

Art. 2º - Em cada fatura, seja de energia elétrica ou de água, deverá constar discriminadamente o valor repassado naquele mês da cota parte do município relativo ao ICMS, FPM e IPVA.

Art. 3º - Para informar corretamente ao cidadão e cidadã paranaense residentes nos municípios, o governo do Estado designará o departamento competente da Secretaria da Fazenda Estadual, para colher as informações e repassá-las em tempo hábil à Copel e à Sanepar, para que os dados sejam impressos nas faturas de energia elétrica e de água.

Art. 4º - O não cumprimento de qualquer mandamento inserido nesta lei, caberá à autoridade responsável, seja do governo estadual ou das empresas de companhia mista citadas, arcar por crime de responsabilidade e outras penalidades previstas na legislação.

Art. 5º - A Assembléia Legislativa do Paraná, acompanhará a implantação num prazo de 180 (cento e oitenta dias) da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 292/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos doadores de sangue para o órgão Público Estadual de Saúde, serão concedidos os benefícios abaixo, desde que os doadores tenham renda abaixo de 03 (três) salários mínimos:

I - o mesmo atendimento dispensado aos idosos em fila de bancos;

II - o mesmo benefício concedido aos idosos no âmbito da Justiça Estadual, com relação à prioridade na tramitação dos processos;

III - descontos em casas culturais e comerciais desde que estas disponham na entrada dos estabelecimentos, comunicando a adesão e percentual concedido;

IV - isenção de pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos estaduais.

Art. 2º - As carteiras de identificação terão prazo de validade de 06 (seis) meses, renováveis, sendo efetivada uma nova doação.

Parágrafo Único - O doador que falsificar o documento de identificação sofrerá penalidade prevista no Código Penal.

Art. 3º - A Secretaria Estadual de Saúde fará a divulgação, controle e fiscalização da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.03.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 387/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do município de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 387/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 574/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido que a taxa de inscrição em concurso público realizado pela Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Estado corresponderá a um por cento do valor do vencimento do cargo objeto do concurso.

Parágrafo Único - o valor da taxa de inscrição poderá ser arredondado, para mais ou para menos, a fim de agilizar e facilitar o processo de pagamento e recebimento.

Art. 2º - Para os concursos públicos destinados ao preenchimento de vagas nos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Operacional não será cobrada taxa dos inscritos.

Parágrafo Único - A isenção de que trata este artigo se aplica também ao candidato desempregado, desde que este comprove tal situação mediante a apresentação da Carteira de Trabalho no ato de inscrição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. EMENDAS DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres, regulamentem o uso do uniforme escolar na Rede Pública Estadual de Ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Corcovado, com sede e foro no município de Pérola. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ **Aprovado**, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a APARTEdq - Associação Paranaense de Terapeutas em Dependências Químicas, com sede e foro nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ **Aprovado**, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 211, de autoria dos senhores deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Só para registrar que essa Sessão será dia 17 agora, lá em Castro, às 17h, por determinação com o presidente Hermas Brandão e deputado Plauto, os demais. Na próxima quarta-feira lá em Castro, em homenagem aos 300 anos de Castro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Requerimento nº 228, de autoria dos senhores deputados Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Doutor Luciano, Reni Pereira e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO

Para encaminhar, senhor presidente.

Nesse requerimento, a caneta, também consta o nosso nome, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Sim. Gostaria de registrar.

O SR. JOCELITO CANTO

Em função desse negócio de rato, ratazana, nós resolvemos fazer esse requerimento aí, os independentes, pedindo à Vigilância Sanitária do Estado que imediatamente faça, atendendo aí a denúncia do deputado Waldir Leite, que faça uma vistoria imediatamente lá no porto de Paranaguá, porque daqui a pouco nós estaremos contaminando os nossos produtos aqui e isso vai dar um grave prejuízo ao porto de Paranaguá.

Nós também queríamos protocolar um requerimento em que queríamos remeter as imagens apresentadas aqui pelo deputado Waldir Leite, mas acertamos particularmente com ele e vamos mandar as imagens para a TV Educativa. A TV Educativa tem prestado um grande trabalho através da cultura, da educação e acho que este vídeo poderia ser apresentado, como sugestão, assim: Os ratos que habitam o porto de Paranaguá.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Requerimento nº 206, de autoria do senhor deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 207, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 208 a 210 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 213 e 223, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 216 e 217, de autoria do senhor deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 219, de autoria do senhor deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 222, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 224 e 225, de autoria do senhor deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 226, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 227, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 229, de autoria dos senhores deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 230, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 031/2004 e 039/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 536, 568, 671, 679, 690, 727, 731/2003 e 088/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, no plenarinho Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo senhor deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: André Vargas, Élio Rusch, Waldir Leite, Artagão Júnior, Nelson Tureck, Fernando Ribas Carli e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos,

sendo solicitado pelo deputado Elio Rusch a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 18 de fevereiro de 2004. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação. **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Em cumprimento à convocação realizada pela Comissão de Fiscalização o senhor presidente verificou o comparecimento do Sr. Ogarito Borgias Linhares, diretor técnico da APPA do porto de Paranaguá, convidando-o a sentar-se para que fosse efetuada a sua oitiva e prestados os esclarecimentos necessários quanto ao sumiço de 1.610 toneladas de soja do porto de Paranaguá e outros índices de irregularidades referentes ao porto; em seguida, deputado Waldir Leite ressaltou a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Paranaguá senhor Antônio Ricardo dos Santos, solicitando ainda, antes de iniciar-se a oitiva do Sr. Ogarito, a discussão para que fosse aberto um espaço para que o referido presidente da Câmara de Vereadores se pronunciasse na Sessão sobre a situação do porto de Paranaguá, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE;** passando-se a ouvir o pronunciamento do senhor presidente da Câmara de Vereadores de Paranaguá, este ressaltou a sua preocupação com o porto, em especial, quanto a intervenção do IAP, devido a problemas ambientais, a denúncias sobre privilégios na permissão de atracação a determinados navios em detrimento de outros, e ao custo de espera diária que cada navio vem sofrendo devido a demora de atendimento do porto, causando perda de negócios, pois diversas embarcações tem deixado de utilizar o porto de Paranaguá pelo problemas enfrentados para o atracamento, ainda, da sua preocupação sobre outros problemas com berços de atracamento, principalmente quanto à liberação para seu funcionamento ou mesmo de restrições para alguns tipos de cargas; em seguida passou-se a oitiva e prestação de esclarecimentos à Comissão pelo Sr. Ogarito Borgias Linhares, após o mesmo ter prestado o compromisso legal de dizer a verdade sobre tudo que lhe fosse perguntado, cujos comentários, esclarecimentos, perguntas dos deputados e suas respostas, constam de Notas Taquigráficas em anexo, fazendo estas parte e integrando a presente Ata; contudo, denota-se dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Ogarito, em relação a vários fatos, que diversa informações prestadas e forma de forma inespecífica, confusa, genérica e evasiva. Também durante a oitiva ficou determinado que o Sr. Ogarito poderia ser reconvocado para prestar novos esclarecimentos. Ainda durante o transcorrer da Sessão o Sr. Ogarito comprometeu-se a no prazo de 5 dias úteis a entregar respondidas as solicitações de informações e/ou entrega de documentos surgidos durante o seu depoimento; após discussão, o senhor presidente colocou em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Após a oitiva o Sr. Ogarito o deputado André Vargas colocou em discussão a realização de uma Audiência Pública para discussão da situação do porto de Paranaguá e a sua importância para o Paraná e para o Brasil. O senhor presidente encaminhou a

Comissão o pedido para que fosse concedida a palavra ao Sr. Wilen Manteli, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários e Vice-Presidente da Comissão de Portos, para pronunciar-se sobre a necessidade da realização da Audiência Pública. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Desta forma, dirigindo-se à Comissão o Sr. Wilen Manteli, ressaltou a importância do porto de Paranaguá, bem como, a necessidade de que a comunidade se envolva e tome a consciência da importância dos portos, pois no mundo um porto gera crescimento social e econômico para toda a região, exemplificando a competição de melhoria de estrutura e qualidade verificados entre os portos de Roterdã na Holanda e Hamburgo na Alemanha, lembrou das dificuldades dos portos brasileiros em relação à realização de dragagens permanentes e na atracação para desembarque, ressaltando ainda, que a Assembléia Legislativa do Paraná, representada pela sua Comissão Permanente de Fiscalização, é a primeira Assembléia Legislativa do país a demonstrar interesse sobre os portos, enaltecendo este fato e desejando que o exemplo seja seguido pelas demais. Comprometeu-se ainda, a entrar em contato com os principais representantes e interessados das sociedades nos portos, para que todos compareçam à Audiência Pública a ser realizada. Agradecendo a oportunidade e novamente homenageando a atitude da Comissão agradeceu e encerrou a sua participação. Tomando a palavra o senhor presidente agradeceu o apoio e a participação do Sr. Wilen Manteli, ressaltando a importância do evento que conta com o total apoio de todos os membros da Comissão, com as manifestações de todos os membros em apoio ao evento. Em seguida o deputado André Vargas colocou em discussão que fosse realizado em convite para que um representante do Ministério dos Transportes viesse ao evento, prontificando-se a pessoalmente realizar o convite, bem como, que fossem convidados também o senhor secretário de Estado dos Transportes e o senhor

superintendente dos portos de Paranaguá - Sr. Eduardo Requião, para que os mesmos compareçam ao evento, dando-lhes 5 (cinco) dias para responder por escrito ao convite, findo este prazo os mesmos serão convocados para participar da Audiência Pública, fixando-se o dia 02.04.2004 para sua realização, após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Na continuidade da Sessão, o assessor da Comissão, Marcelo Couto de Cristo, foi chamado pelo senhor presidente para informar aos demais membros sobre denúncias recebidas do Sr. Antônio Carlos Santos Moraes de São Paulo, com respeito à aquisição pelo antigo Banco do Estado do Paraná de Letras do Tesouro do Estado de Alagoas, envolvendo a realização de um contrato entre o governo do Estado do Paraná e a empresa MFM para renegociações destes títulos, contrato realizado sem licitação. Destacou-se que várias informações e o processo da referida contratação já foram obtidas por requerimento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, bem como, que novos requerimentos sobre quantidades de títulos e valores de transações já foram expedidos para Secretaria da Fazenda do Paraná e de Alagoas. Ainda o senhor presidente colocou aos membros da Comissão requerimento do Sr. Antônio Carlos Santos Moraes, como titular dos interesses da empresa Karta D.T.V.M., onde o mesmo solicita peça do inteiro teor do processo em questão, referente ao contrato entre a empresa MFM e o governo do Paraná, em poder da Comissão de Fiscalização, após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os senhores deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Adilson Luiz Hintz - Secretário